



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA**

JANAINA MANACAN GARCIA

**PROJETO DE APOIO PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL ENTRE
POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE
TRABALHO E A INCIDÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS**

GOIÂNIA-GO

2024



JANAINA MANACAN GARCIA

**PROJETO DE APOIO PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL ENTRE
POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE
TRABALHO E A INCIDÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS**

Projeto de Pesquisa apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso Especialização em Altos Estudos em Segurança Pública (CAESP) pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás e a Universidade do Estado de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Alisson Batista de Oliveira.

GOIÂNIA-GO

2024

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 – Cargo Ocupado
- GRÁFICO 2 – Idade
- GRÁFICO 3 – Sexo
- GRÁFICO 4 – Tempo de Serviço, anos
- GRÁFICO 5 – Reatividade Emocional - Reajo intensamente a situações estressantes
- GRÁFICO 6 – Reatividade Emocional - Me Sinto Emocionalmente Abalado(a) com Facilidade
- GRÁFICO 7 – Reatividade Emocional - Sou Sensível à Crítica
- GRÁFICO 8 – Reatividade Cognitiva - Fico pensando obsessivamente em situações estressantes
- GRÁFICO 9 – Reatividade Cognitiva - Me Preocupo em Demasia com o Futuro
- GRÁFICO 10 – Reatividade Cognitiva - Tenho Dificuldade em Desligar Minha Mente
- GRÁFICO 11 – Reatividade Fisiológica - Sinto palpitações quando estou sob pressão
- GRÁFICO 12 – Reatividade Fisiológica - Sinto tensão muscular com constância
- GRÁFICO 13 – Depressão - Me sinto desanimado e sem esperança
- GRÁFICO 14 – Depressão - Me sinto sem interesse nas coisas
- GRÁFICO 15 – Depressão - Eu tive pensamentos suicidas
- GRÁFICO 16 – Ansiedade - Me sinto nervoso(a)
- GRÁFICO 17 – Ansiedade- Me Sinto Tenso(a)
- GRÁFICO 18 – Ansiedade - Me Sinto Preocupado(a)
- GRÁFICO 19 – Estresse - Me senti sobrecarregado(a)
- GRÁFICO 20 – Estresse - Me senti Irritado (a)
- GRÁFICO 21 – Percepção individual da saúde mental
- GRÁFICO 22 – Busca regular de apoio psicológico e/ou assistência médica psiquiátrica
- GRÁFICO 23 – Fatores vivenciados e relacionados à atividade na PCGO que afetam a saúde mental
- GRÁFICO 24 – Percepção de apoio dos colegas no cuidado com a saúde mental
- GRÁFICO 25 – Percepção de apoio do superior no cuidado com a saúde mental
- GRÁFICO 26 – Conhecimento sobre o NIAB
- GRÁFICO 27 – Busca de apoio junto ao NIAB da PCGO
- GRÁFICO 28 – Dificuldades encontradas na busca pelo cuidado com a saúde mental
- GRÁFICO 29 – Busca por medicamentos e/ou substâncias, em momentos de depressão, ansiedade ou estresse
- GRÁFICO 30 – Busca por atendimento e cuidado com a saúde mental caso houvesse opções externas de atendimento, por meio de uma parceria

SUMÁRIO

RESUMO	03
ABSTRACT	04
1 INTRODUÇÃO	04
2 REVISÃO DE LITERATURA	09
2.1 Contexto abreviado do trabalhador e seu direito à saúde	09
2.2 Algumas das faces do adoecimento mental no exercício do trabalho	12
2.3 Apresentação do Núcleo de Atenção Biopsicossocial (NIAB)	14
2.4 Breve Histórico do Instituto Suassuna	16
2.4.1 Fundação e Crescimento	16
2.4.2 Expansão de Atendimentos	16
2.4.3 Áreas de Atuação	17
2.4.4 Equipe de Especialistas	17
2.4.5 Vantagens de Parceria com o Instituto Suassuna	17
2.4.6 Parceria com o Corpo de Bombeiros	17
2.4.7 Relato abreviado do PROJETO INTEGRAÇÃO, PSICOLOGIA EM AÇÃO, trabalho realizado em Rio verde pelo Delegado de Polícia titular da Regional, Dr. Danilo Fabiano	18
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	19
3.1 Cenário da Pesquisa	20
3.2 Amostra da População	21
3.3 Instrumentos de Pesquisa	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
6 RECOMENDAÇÃO	44
7 REFERÊNCIAS	45

**PROJETO DE APOIO PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL ENTRE
POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE GOIÁS: Uma Análise das Condições de Trabalho
e a Incidência de Transtornos Mentais**

**PROJECT FOR THE PROMOTION OF MENTAL HEALTH AMONG CIVIL
POLICE OFFICERS IN THE STATE OF GOIÁS: An Analysis of Working Conditions
and the Incidence of Mental Disorders**

Janaina Manacan Garcia *
Alisson Batista de Oliveira **

Resumo: O presente estudo teve como propósito realizar uma análise crítica, visando compreender os riscos de adoecimento psíquico a que estão submetidos os profissionais de segurança pública, os policiais civis, bem como as possibilidades de minimizar tais riscos a partir de ações preventivas. Foi possível concluir que o profissional que atua na segurança pública apresenta elevados riscos à saúde mental. Observou-se que entre os impactos mais significativos relatados pelos profissionais em sua atuação estão o risco de vida a que estão submetidos, a morte de colegas, situações traumáticas e a necessidade de realizar atividades externas como complementação da renda. Quanto aos serviços de saúde mental oferecido pela instituição de segurança, foi verificado se o serviço de apoio psicológico, possui barreiras para o acesso dos profissionais, e como encontra-se a atuação preventiva nas ações que priorizem as situações de crise. Por fim, concluiu-se na investigação sobre a necessidade de ampliar o foco de atuação dos serviços existentes e criar estes serviços nos locais em que não existem,

* Papiloscopista Policial de 1ª Classe. Especializada em Musculação e Treinamento Funcional (Intituto Passo 1)Eu Janaina Manacan Garcia autora desta pesquisa sou policial civil há 8 anos. Trabalhei por 6 anos na Central Geral de Flagrantes de Goiânia, 1 ano na Delegacia de Homicídios de Goiânia e desde o ano de 2023 trabalho na Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Polícia Civil, na Seção de Controle de Frequência. O interesse em pesquisar o trabalhador policial civil decorre de exercer função no Recursos Humanos e perceber o crescente número de afastamentos e a maior frequência de ocorrências por motivo de algum de transtorno mental. Esta situação problematizadora motivou o desenvolvimento desta pesquisa, cujo cerne é a busca de respostas para a compreensão das causas e fundamentalmente por proposta/caminhos que melhor proporcione resoluções. E-mail: janalibre@gmail.com.

** Oficial Bombeiro Militar, Engenheiro de Computação pela Universidade Federal de Goiás, Gestor em Segurança Pública pela Universidade Estadual de Goiás, Profissional de Educação Física graduado pela UNIASSELVI, Pós-graduado em Gestão de Pessoas e Gestão da Excelência Empresarial pela Faculdade Getúlio Vargas – Pós-Graduado em Ciências de Segurança Pública pela Universidade Estadual de Goiás, Pós-Graduado em Jornalismo Empresarial e Assessoria de Imprensa pela Universidade Estácio, Especialista em Gerenciamento em Segurança Pública – Especialista em Saúde Mental e Saúde Pública pela Harvard University/EdX e Diplomacia Global pela London University. Especializando em Gerenciamento em Segurança Pública (SSP-GO/UEG). E-mail: deoliveira.cbmg@gmail.com.

focando, sobretudo, em ações preventivas, tais como a oferta de apoio psicológico aos profissionais de segurança.

Palavras chave: Segurança pública; Saúde Mental, Apoio psicológico; Prevenção.

Abstract: The purpose of this study was to carry out a critical analysis, aiming to understand the risks of mental illness to which public security professionals and civil police officers are subjected, as well as the possibilities of minimizing such risks through preventive actions. It was possible to conclude that professionals who work in public security present high risks to mental health. It was observed that among the most significant impacts reported by professionals in their work are the risk to their lives, the death of colleagues, traumatic situations and the need to carry out external activities to supplement their income. As for the mental health services offered by the security institution, it shows that although it effectively serves the police, it does not sufficiently serve everyone who seeks psychological support services, given the long waits for care, and it was confirmed that there are several barriers to access for professionals, in addition to actions that prioritize crisis situations, with no preventive action. Finally, it was concluded that there was a need to expand the focus of existing services and create these services in places where they do not exist, focusing, above all, on preventive actions, such as offering psychological support to security professionals.

Keywords: Public security; Mental Health, Psychological support; Prevention.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que atividade profissional na segurança pública demanda do agente grande responsabilidade inerente ao seu papel de promover segurança e bem-estar à coletividade. Tal responsabilidade, aliada às demandas cotidianas de sua rotina de trabalho, o submete a uma constante exposição a estressores, que podem causar ou potencializar condições patológicas, das quais e mais frequentes a ansiedade, os transtornos de humor, uso abusivo de substâncias.

A constante necessidade de estar alerta visando manter-se em estado de prontidão para qualquer situação potencialmente ameaçadora à ordem pública, além da rígida disciplina e necessário manejo de situações imprevistas decorrentes da atividade cotidiana de qualquer agente de segurança pública, seja ele policial civil ou militar, guarda municipal, agente penitenciário, entre outros, torna estes profissionais vulneráveis a transtornos relacionados ao

estresse, como ansiedade, depressão, fobias, doenças psicossomáticas, alcoolismo e outras denominadas transtornos mentais.

É preciso lembrar que existe um ser humano atrás da “farda”, que traz consigo toda gama de emoções e vivências pessoais, problemas cotidianos e familiares, dificuldades de ordem emocional e financeira.

O trabalho na área de segurança pública é, portanto, um dos mais arriscados no que tange aos riscos para a saúde ocupacional, sendo esses profissionais expostos a condições que os colocam frente a riscos diários, numa condição limítrofe para o desenvolvimento de transtornos mentais.

É recorrente na literatura o estudo da relação entre saúde e trabalho, fundamentalmente buscando os fatores associados ao adoecimento dos trabalhadores, mostrando que algumas atividades profissionais os expõem a maiores riscos (SELIGMANN-SILVA, 2010; SELIGMANN-SILVA, 2011; VIEIRA; JARDIM, 2010). E o trabalho dos profissionais em Segurança Pública está dentre os quais, que, além de precisarem respeitar uma hierarquia e disciplina rígidas, estão em contato diário com situações de violência e risco iminente (BORGES, 2013; FERREIRA; AUGUSTO; SILVA, 2008).

Segundo Pinto (2013), o trabalho policial expõe os agentes a situações de alto risco e estresse, como lidar com a morte e a violência. A jornada de trabalho irregular e a sobrecarga de tarefas agravam esses problemas, levando muitos policiais a desenvolverem sentimentos de isolamento, medo, agressividade e ansiedade. Essa combinação de fatores coloca a saúde mental dos policiais em risco.

Estas dificuldades estão relacionadas com reações desajustadas às pressões sentidas como excessivas ou demasiado exigentes. Algumas vezes, esta resposta é uma reação a um evento ou uma mudança de vida, no entanto, na maior parte dos casos o que acontece é que a situação presente apenas desencadeou algo que estava adormecido ou controlado, mas que já existia e que a pessoa de alguma maneira conseguiu, até aqui, com sucesso, não deixar que afetasse o seu trabalho. Para estas pessoas, estresse no trabalho pode agravar seu problema, pois chega a um ponto onde desencadeia um problema de saúde mental existente, refletindo em todos os aspectos da vida, quer no nível individual e na social. (LOPES e COUTINHO, 1999)

Pesquisas evidenciam que o sofrimento psíquico é uma realidade presente no cotidiano dos policiais civis. Os sintomas mais comuns incluem insônia, irritabilidade e fadiga, sobre sintomas, Borges (2013) acrescenta que a constante exposição ao perigo; riscos iminentes,

horários irregulares de trabalho; de alimentação; exposição a intempéries e longos períodos em pé são atenuantes, acrescido do risco de morte e a perda de seus companheiros.

O exercício do trabalho do policial pode ser caracterizado como extremamente desgastante física e emocionalmente, e o cargo ocupado dentro da organização também pode constituir um fator que pode contribuir para o sofrimento psíquico (SILVA; VIEIRA, 2008).

Lopes e Coutinho (1999) asseguram que a marcante situação de risco e jornadas exaustivas, leva muitos agentes a desenvolverem comportamentos de risco, como o uso abusivo de substâncias, na busca por alívio temporário para o sofrimento psíquico. O uso de drogas e a depressão apresentam uma relação complexa e bidirecional. Indivíduos com depressão podem buscar alívio nos efeitos das drogas, enquanto o uso crônico de substâncias psicoativas pode induzir alterações neuroquímicas que levam ao desenvolvimento de sintomas depressivos, como anedonia, falta de energia e alterações do apetite.

Cruz (2019), afirma que o exercício do trabalho policial, é uma das principais formas dos policiais terem acesso às drogas, o que pode facilitar o consumo abusivo e o vício. A dependência química representa um grave problema para os profissionais de segurança pública, comprometendo sua saúde física e mental, além de impactar negativamente o desempenho profissional. A necessidade de políticas públicas específicas para essa categoria, incluindo o aumento do acesso a tratamento especializado, é urgente para garantir a segurança da sociedade e a valorização dos policiais.

Os policiais podem ocupar cargos administrativos e/ou operacionais. O serviço administrativo se caracteriza pela presença de diferentes funções, tais como recursos humanos, inteligência, dentre outros, enquanto o serviço operacional se caracteriza por uma atuação preventiva e repressiva, junto à população. No trabalho operacional os policiais têm maiores chances de se depararem com situações de alto risco, participar diretamente da mediação de conflitos e resolver crises de diferentes complexidades (SOUSA et al., 2014). Essas características laborais podem repercutir na saúde do policial, afetando sua qualidade de vida e relações sociais (BORGES, 2013; SOUZA ET AL., 2012). Situações que podem, ainda, prejudicar o desempenho de sua atuação em serviço e colocar em risco a sua vida ou a vida de terceiros (FERREIRA, 2009; MINAYO; CONSTANTINO; SOUZA, 2008; SOUSA et al., 2014).

A resistência em reconhecer a importância da saúde mental e a falta de acesso a serviços especializados contribuem para o aumento do absenteísmo e para a redução da eficiência das operações policiais. A necessidade de políticas públicas específicas para essa

categoria, incluindo o aumento do acesso a tratamento especializado, é urgente para garantir a segurança da sociedade e a valorização dos policiais.(MINAYO, et.al., 2008)

Diante deste panorama, e percebendo o crescente número de pedidos de afastamento julgou-se relevante propor ações que possam minimizar a situação conflitante. Nesta direção este estudo têm como objetivo geral propor soluções e projetos com a iniciativa público-privada para ampliar o atendimento aos policiais civis, para que possam ser tratados de forma mais célere e responsável possível, melhorando a qualidade de vida em todos os aspectos desses profissionais e dar a importância visibilidade que a saúde mental dos policiais civis requer, demonstrando a necessidade de tratamento de forma pontual dentro das especificidades da categoria dos policiais civis do Estado de Goiás.

Autores como Lacaz (2007) acreditam que a proposta epistemológica apresentada frente ao cenário nacional pretende abordar a saúde do trabalhador percebendo o trabalhador não somente como um consumidor de serviços de saúde, mas como participante de um processo produtivo, a atividade laboral, que oferece danos à saúde.

Essa visão ultrapassa pressupostos da saúde ocupacional que privilegia o diagnóstico e o tratamento dos problemas de natureza orgânica, mantendo um olhar individualista sobre a saúde (LACAZ, 2007; MINAYO-GOMES & LACAZ, 2005). Indica que a saúde no trabalho não está restrita a seus aspectos específicos (agentes físicos, biológicos, químicos, mecânicos e ergonômicos), mas a outras questões que podem contribuir e até determinar o sofrimento (físico e mental) e que estão vinculadas às relações sociais estabelecidas no processo de trabalho. O que nos faz entender que o ideal é o cuidado com a prevenção enquanto mola propulsora da qualidade de vida.

Para maior aprofundamento das questões buscar-se como objetivos específicos, investigar através de revisão bibliográfica, entrevistas, questionário, e análise de dados as condições de trabalho e a saúde mental dos policiais civis; pesquisar e definir dados concretos da incidência de transtornos depressivos e de ansiedade, com o intuito de esclarecer os fatores de maior relevância que afetam diretamente a saúde mental dos policiais; descrever o panorama de como é feito o atendimento pela Divisão de Proteção da Saúde do servidor aos policiais que necessitam de atendimento quando sofrem com transtornos mentais. E assim identificar os pontos fortes e os pontos que ainda precisam ser melhorados; propor a elaboração de projetos a serem implementados de forma descentralizada para ampliação de acolhimento e atendimento a esses profissionais, melhorando assim toda estrutura da Polícia Civil do Estado de Goiás.

Sabendo que dentre os condicionantes laborais para o aprofundamento dos problemas relacionados à saúde mental dos policiais, encontram-se: o assédio moral; a admissão do papel de “policial herói”; o desgaste físico e mental em razão do contato continuado com situações de perigo; a cobrança institucional pelo cumprimento de metas; o endividamento; e a insegurança jurídica, se constituindo estressores que incidem na saúde mental, fatores prevalentes na literatura como responsáveis pela crescente incidência do diagnóstico de depressão, ansiedade e outros transtornos mentais.

Os transtornos mentais são importantes motivadores de licenças médicas e que condições de trabalho inadequadas podem causar danos à saúde e incapacidade parcial ou total (CASTRO e CRUZ, 2015). Cabendo aos serviços públicos de saúde a atenção à saúde do trabalhador no aspecto da assistência e vigilância de doenças decorrentes das relações com o trabalho.

Compreensão esta que propõe a determinação social do processo saúde/doença, englobando áreas do conhecimento da saúde pública, com programas que abrangem todos os trabalhadores sem distinção, e da saúde coletiva, que aborda o adoecimento das classes e grupos sociais inseridos no trabalho. A proposição passa a ser então, o conhecimento de quais são os determinantes para o sofrimento psíquico das diversas categorias de trabalhadores. E, em consequência, que procedimentos os empregadores precisam realizar para evitar agravos à saúde relacionados ao trabalho. O conhecimento de indicadores de afastamento do trabalho por doenças ocupacionais, propiciado pela ciência epidemiológica, poderá favorecer o uso de estratégias de controle da degradação do trabalho.

A hipótese básica deste estudo é de que os fatores de risco no trabalho geram impactos na saúde mental do policial.

Assim sendo, buscou-se evidências por meio de hipóteses como demonstrar o alto nível de afastamento do trabalho por transtornos mentais como depressão e ansiedade; evidenciar que há atendimento escasso aos policiais que necessitam desse atendimento pela Polícia Civil do Estado de Goiás; aferir as condições de trabalho que estão diretamente relacionadas ao adoecimento mental; comprovar que há falta de projetos e soluções que ampliem o atendimento em transtornos mentais dos policiais civis do Estado de Goiás.

Para tanto foi consultada literatura pertinente em fontes legitimadas como Bireme, Scielo, Pubmed e Google Acadêmico subsidiando a relevância de investigações sobre a saúde mental dos policiais.

De modo que justifica a relevância da produção de conhecimentos científicos sobre o tema, sobretudo com o intuito de compreender os riscos de adoecimento psíquico a que estão

submetidos os profissionais de segurança e, além disso, explorar possibilidades de minimizar tais riscos a partir de ações preventivas, contribuindo de forma efetiva para o incremento da qualidade de vida dos agentes.

Nesse sentido, se a atividade policial, por suas características intrínsecas, é fator de grande risco para o sofrimento psíquico do profissional, evidente que a preocupação com as suas condições de trabalho e com a sua saúde mental deva ser amplamente discutida, sendo fundamental a compreensão de que não basta ao agente de segurança apenas o preparo físico, técnico e tático. Se não houver investimento e cuidado com seu preparo emocional, este não será capaz de desempenhar plenamente suas atividades.

2 – REVISÃO DE LITERATURA

Antes de fim específico é imperioso perpassar olhar ainda que tímido nos avanços do trabalhador na esfera dos direitos à saúde.

2.1 Contexto abreviado do trabalhador e seu direito à saúde

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, expõe com destaque, que desde 2018, o trabalho policial no Brasil é o trabalho no qual o suicídio é a maior causa de morte, exceto 2020, que a maior causa de morte dos policiais foi a Covid-19. E relata ainda a falta de priorização por políticas públicas, sobre a saúde mental da categoria policial que mais se mata no Brasil. (ROCHA, 2023)

A 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, com publicação em 2011, trouxe um texto ampliado cujo cerne é o direito à saúde, inspirado no Movimento Operário Italiano e que subsidia atualmente no Brasil a garantia deste direito a todo trabalhador, cujo texto apresenta o processo de trabalho como categoria fundamental para análise das relações entre trabalho e saúde (BRITO, 2005).

Segundo a OMS, a saúde mental é influenciada por aspectos biológicos, psicológicos e sociais, formando uma rede de interações. O ambiente e as condições de vida têm papel fundamental nesse contexto. Qualquer tipo de doença também é relacionado à saúde mental, mas os problemas de saúde mental são muito mais amplos e não se limitam apenas à área da saúde. Eles se conectam com outros setores como justiça, educação e assistência social. A saúde mental é um conceito abrangente que transcende a área da saúde, sendo influenciada por diversos fatores. (ALCANTARA, 2009)

De acordo com Ministério da Saúde do Brasil, a saúde mental é um direito constitucional, e o Estado deve garantir cuidados dignos, seguindo princípios como

desinstitucionalização, cuidado em liberdade e respeito aos direitos humanos. A saúde mental é um estado de bem-estar que permite ao indivíduo desenvolver suas habilidades e contribuir para a comunidade.

A saúde mental é um problema global que afeta milhões de pessoas, e a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cerca de um bilhão de pessoas vivem com algum tipo de transtorno mental. A depressão é o transtorno mais comum e a OMS prevê que se tornará a doença mais prevalente no mundo até 2030.

De acordo com estudos realizados por Silva Júnior (2014), dados recentes apontam que os transtornos mentais e comportamentais permanecem como a terceira principal causa de afastamentos do trabalho por motivos de saúde.

Entretanto, somente em 2009, por meio da Portaria 3.252/GM/MS, são definidas as diretrizes para a implementação da Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS, componente do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. Seu objetivo é promover a saúde e reduzir a morbimortalidade dos trabalhadores brasileiros, a partir da integração de ações para a intervenção nos agravos à saúde e seus determinantes derivados das formas de desenvolvimento e processo de trabalho. Um de seus fundamentos é ser intersetorial e participativa com ações coordenadas pelas instâncias de gestão do SUS, integradas aos demais componentes da Vigilância em Saúde, articuladas pela Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST).

Todavia, o avanço representado pela institucionalização de ações de saúde do trabalhador brasileiro ainda não consolidou novas práticas para além da assistência médica. Sobre isto reforçam Minayo-Gomes e Lacaz (2005), o esforço do CEREST não apresentam êxito em relação à proposta inicial de articulação com a rede básica de saúde e o suporte técnico especializado que deveriam oferecer de acordo com o projeto original do Programa de Saúde do Trabalhador.

Apesar da existência de lei (Lei 14.531/2023), que visam proteger a saúde mental dos policiais civis, a implementação de políticas públicas eficazes ainda é insuficiente. Na prática, faltam projetos institucionais que invistam em ações concretas para melhorar as condições de trabalho e garantir o bem-estar desses profissionais.

Dessa forma, o trabalho, como dimensão fundamental da vida, atravessa a problemática da saúde. Desde a VIII Conferência Nacional de Saúde (1987), que consolida a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o cuidado com a saúde do trabalhador passa a ser uma atribuição da rede pública de saúde. A incorporação da saúde do trabalhador ao modelo de atenção integral à saúde no Brasil (SUS) reconhece que o ambiente e o processo de

trabalho produzem as condições para o adoecimento do trabalhador a partir de uma perspectiva epidemiológica.

A utilização da epidemiologia promove o progresso de ações que asseguram o aprimoramento das políticas em prol da construção da saúde das pessoas (GORDIS, 2011), ou seja, os dados epidemiológicos sobre as categorias trabalhadoras são a base para o relacionamento entre o SUS e a saúde do trabalhador, na proposição de programas de saúde específicos para as categorias profissionais.

As condições de trabalho na polícia são um fator de risco significativo para o aumento de casos de transtornos mentais, uso de drogas e suicídio, impondo medidas urgentes em que as instituições policiais invistam em ações para ampliar o acesso a serviços de saúde mental para seus profissionais (CASTRO et al 2019).

A lógica de trabalho da RENAST são ações entre os setores dos serviços de saúde, como a rede básica e as vigilâncias epidemiológica, ambiental e sanitária (Lourenço & Bertini, 2007), por meio dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) da rede pública do SUS, em abrangência nacional. Todavia, o avanço representado pela institucionalização de ações de saúde do trabalhador brasileiro ainda não consolidou novas práticas para além da assistência médica. Sobre isto reforçam Minayo-Gomes e Lacaz (2005), o esforço do CEREST não apresentam êxito em relação à proposta inicial de articulação com a rede básica de saúde e o suporte técnico especializado que deveriam oferecer de acordo com o projeto original do Programa de Saúde do Trabalhador.

Cabe aos serviços públicos de saúde a atenção à saúde do trabalhador no aspecto da assistência e vigilância de doenças decorrentes das relações com o trabalho (BRASIL, 2009) Necessário compreender que na atividade policial, por se tratar de uma atuação profissional perigosa, há que se considerar que um ambiente familiar saudável e horas de repouso e lazer poderiam contribuir para um melhor equilíbrio mental na realização das muitas tarefas profissionais.

Entretanto policiais prestam serviços em seus horários de folga para complementar a renda. A segurança particular é exercida periodicamente, quase sempre aos finais de semana ou em dias alternados com os trabalhos da corporação. Com isso o policial fica exposto a um maior desgaste físico e mental. (ASSIS,1999 E MINAYO, SOUZA E CONSTANTINO 2007).

2.2 Algumas das faces do adoecimento mental no exercício do trabalho

A OMS aponta que a combinação de fatores demográficos, estresse ocupacional, acesso a meios letais e a presença de doenças mentais torna profissionais como policiais mais vulneráveis ao suicídio.

Estudo recente realizado por Bizinoto (2019) afirma que as patologias psiquiátricas se relacionam com as condições de trabalho sendo responsáveis por sofrimento e incapacidade social e de trabalho, especialmente nos servidores da área de segurança pública. A rotina de trabalho destes servidores é marcada por constante pressão e necessidade de manter-se sempre em estado de alerta, além do uso frequente de arma de fogo e do contato constante com a violência, fatores que, dentre outros, geram grandes impactos na qualidade e no estilo de vida do servidor da área de segurança pública, podendo ser desencadeantes de transtornos mentais e, conseqüentemente, resultarem em afastamento por licença médica.

Estudos como de Cruz (2010) acrescenta dizendo que indicadores epidemiológicos em saúde e trabalho disponibilizam pistas para medidas para criação de ações que previnem o adoecimento do trabalhador, acrescentando que podem ir muito além de procedimentos meramente curativos, especialmente, a criação do chamado nexa técnico epidemiológico previdenciário (NEPT -), cuja intenção é caracterizar a doença do trabalhador como motivada pelo trabalho (lei 11.430/06) permitindo o fortalecimento da prevenção e promoção de doenças não só relacionadas ao trabalho, sobretudo as motivadas por ele. Este conceito amplia o entendimento do nexa causal entre o trabalho e o adoecimento, e fundamentalmente o adoecimento mental, por apresenta características que sobremaneira dificultam o estabelecimento desta relação.

Moura Neto, (2014) afirma que o trabalho de policiais dado as características ocupacionais, surgem como fator desencadeante ou agravante, inclusive para os casos agudos de natureza psicótica. O estudo do nexa entre o trabalho e o adoecimento mental propõe outra possibilidade de atuação para os psicólogos brasileiros (JACQUES, 2007). A articulação entre o olhar clínico apontado pela ciência psicológica e o foco no coletivo, razão primeira da epidemiologia, é um cenário promissor para compreender mais profundamente o sofrimento psíquico relacionado ao trabalho, unindo forças no propósito de promover a saúde mental dos trabalhadores, invertendo o foco da doença para a saúde.

Sobre a saúde mental de policiais apresentam uma nova perspectiva, deslocando o foco dos sintomas individuais para os fatores contextuais do trabalho, como condições e organização laboral. Essa mudança metodológica, que abrange abordagens quantitativas e qualitativas, permite uma compreensão mais abrangente dos mecanismos do adoecimento,

considerando a percepção de risco, os fatores de proteção e as estratégias de enfrentamento dos policiais. (CASTRO et. al.,2019).

Para Cruz (2010), a crescente incidência de afastamentos por transtornos mentais, especialmente através de Licenças para Tratamento de Saúde (LTS) e benefícios previdenciários, evidencia a necessidade urgente de repensarmos as condições de trabalho. A identificação de diagnósticos específicos em determinadas categorias profissionais sinaliza que fatores ocupacionais desempenham um papel crucial no desenvolvimento e agravamento de problemas de saúde mental, comprometendo a capacidade produtiva e a qualidade de vida dos trabalhadores.

Para Miranda (2016), a profissão policial, além de exigir coragem e dedicação, expõe seus agentes a uma série de desafios que vão além do risco de vida. O estresse crônico, o isolamento social e a convivência com a violência são fatores que impactam negativamente a saúde mental desses profissionais.

Afirma Souza (2005), a natureza violenta do trabalho policial é um fator de risco significativo para a saúde mental desses profissionais, com repercussões em suas vidas pessoais. O porte de arma, embora essencial para o trabalho policial, expõe os agentes a um risco constante, inclusive fora do serviço, devido à crença de que devem estar sempre prontos para agir. Essa pressão constante intensifica o estresse e a ansiedade dos policiais, aumentando o risco de desenvolver transtornos mentais. Estudos indicam que o porte de arma fora do serviço é um fator de risco significativo para a mortalidade entre policiais (SPODE & MERLO, 2006)

Mirabete (1998) e Guimarães (1999) apontaram que a atividade policial não se resume ao serviço diário, a função implica constante estado de alerta, mesmo quando o profissional está em momento de descanso. A profissão do policial requer que este indivíduo atue no confronto contra a conduta irregular ou criminosa da sociedade, defendendo cidadãos.

A visão tradicional sobre a saúde mental de policiais, que atribuía os problemas à natureza estressante da profissão, tem sido questionada por pesquisas mais recentes. Ao reconhecer a influência de fatores organizacionais e contextuais, a prevenção do adoecimento mental passa a ser uma prioridade. Além de investir na seleção de pessoal, é fundamental implementar programas de treinamento em gestão do estresse, promover a saúde mental no ambiente de trabalho e oferecer suporte psicológico aos profissionais. (CASTRO et. al.,2019)

Segundo Castro & Cruz (2015), pesquisas com policiais afastados devido a transtornos mentais indicam que programas institucionais de prevenção à saúde mental no trabalho são cruciais para reduzir os índices de afastamento. É fundamental que os policiais tenham acesso

a serviços de saúde mental especializados para lidar com os traumas e as dificuldades decorrentes da profissão.

Em estudo realizado por Bizinoto (2019), apontam que os afastamentos por motivos de saúde mental representam um custo significativo para a sociedade, tanto em termos do sofrimento individual dos servidores quanto das perdas financeiras geradas pelos afastamentos e tratamentos. Para Bizinoto a prevenção desses afastamentos é fundamental para garantir o bem-estar dos servidores e a otimização dos recursos público.

Conforme pesquisa feita por Oliveira (2024), no Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás, a expansão da rede de psicólogos em todas as unidades é urgente para atender à demanda reprimida e evitar longas filas de espera. A ampliação do atendimento à saúde mental, na instituição destes, é fundamental para garantir o bem-estar e deve ser uma prioridade, buscando parcerias com instituições especializadas e fortalecendo os projetos já existentes.

2.3 Apresentação do Núcleo de Atenção Biopsicossocial (NIAB)

A Portaria 381/2014 – GDGPC instituiu o Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial - NIAB da Polícia Civil do Estado de Goiás. Entendendo que em se tratando de saúde mental as vulnerabilidades são tensionadas.

O NIAB da PCGO possui divisões e atribuições com respectivos profissionais. Sendo uma seção dentro da Divisão de Proteção à Saúde do Servidor da Polícia Civil (DPSS). Abrange também o serviço de transporte, enfermagem e fisioterapia. Além do NIAB, a Divisão de Saúde é composta pelas seções de Psicologia - SEPSI, pela Seção de Acompanhamento e Suporte ao Servidor – SASS e pelo Serviço Especializado de Medicina e Segurança do Trabalho - SESMT.

A DPSS é chefiada pela psicóloga Eliane Fernandes de Oliveira Beppu. Chefes das seções da DPSS: NIAB: Fernando Ricardo Rodrigues Barbosa – agente de polícia e fisioterapeuta. SEPSI: Aline Carvalho Resende Pedro – psicóloga (analista pela SEAD). SASS: Marcelino de Paula Lopes – escrivão de polícia. SESMT - Michella Praxedes – técnica em segurança do trabalho pela SEAD (o SESMT é vinculado à Gerência Central de Saúde e Segurança do Servidor – GECSSS/SEAD).

A Polícia Civil oferece o ambiente e os equipamentos para utilização e cabe ao NIAB serviços como transporte de servidores para clínicas médicas; serviço de enfermagem; aferição de pressão arterial, glicemia e orientações diversas em saúde; serviço de fisioterapia;

empréstimos de cadeira de rodas, de banho, bengalas, muletas, andador; campanhas de vacinação; gestão dos exames médicos periódicos; projetos de prevenção e promoção da saúde realizados nas unidades regionais.

Atendimentos realizados pela SEPSI na seção de psicologia convém ressaltar o acolhimento; a triagem; campanhas de prevenção ao suicídio; serviço de Pósvenção nas unidades (em casos de suicídio); psicoterapia; psiquiatria; projetos em saúde mental.

Cabe a Seção de Acompanhamento e Suporte ao Servidor – (SASS) os seguintes serviços como formalização e/ou acompanhamento de processos e servidores relativo a licenças médicas; acompanhamento de processos/servidores em casos de reabilitação; acompanhamento de processos/servidores em caso de suspensão/restituição de porte de arma; acompanhamento de processos/servidores em caso de redução de carga horária em razão de alguma deficiência, própria ou de dependente legal; atendimentos presenciais e pelo whatsapp relativo a demandas diversas e relacionadas com as atividades da seção.

Quantidade de atendimentos totais nos anos de 2021, 2022; 2023 e 2024:

2021= 4323;

2022 =7779;

2023 = 8010; e,

2024 = 5994.

Esses quantitativos incluem todos os atendimentos de todas as seções.

Quantidade de atendimentos com apoio de psicólogo e psiquiatras realizados nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024:

2021: 2546 – esse número diz respeito ao total de atendimentos em psicologia, o qual abrange o serviço de acolhimento, triagem e psicoterapia. Desse total, foram realizadas 121 sessões de psicoterapia.

2022: 2577 – esse número diz respeito ao total de atendimentos em psicologia, o qual abrange o serviço de acolhimento, triagem e psicoterapia. Desse total, foram realizadas 148 sessões de psicoterapia.

2023: 2964 – esse número diz respeito ao total de atendimentos em psicologia, o qual abrange o serviço de acolhimento, triagem e psicoterapia. Desse total, foram realizadas 228 sessões de psicoterapia.

2024: Ano do início da contratação das consultas em Psiquiatria e Psicologia Seção de Psicologia: 192 atendimentos Popmed: 996 sessões em psicoterapia – por meio da empresa contratada. Popmed: 320 consultas em psiquiatria – por meio da empresa contratada. O

serviço de consultas em psicologia pela Popmed está temporariamente suspenso em razão de expiração da cota contratual, sendo que as consultas em psiquiatria estão ativas.

Diante do exposto é inequívoco não associar a natureza do trabalho em segurança pública na dinâmica do exercício profissional do policial civil com o adoecimento mental que os conduz irremediavelmente aos afastamentos e/ou para situações mais graves. Impondo ações preventivas imperiosamente.

2.4 Breve Histórico do Instituto Suassuna

2.4.1 Fundação e crescimento

O Instituto Suassuna foi fundado em 1999 pelos psicólogos Danilo e Virgínia Suassuna, com o propósito de formar psicólogos atuantes e capacitados para enfrentar os desafios contemporâneos da prática clínica. Desde sua fundação, o Instituto destacou-se pela excelência na educação e pela formação de profissionais preparados para o mercado, indo além da simples obtenção de um diploma.

2.4.2 Expansão de Atendimentos

Ao longo dos anos, o Instituto Suassuna expandiu suas atividades e se tornou uma referência nacional em saúde mental, tendo realizado mais de 3.000 horas de atendimento. A atuação se estende por todo o estado de Goiás e pelo Brasil, graças à rede de psicólogos pós-graduados no Instituto que oferecem atendimentos especializados em diversas áreas da psicologia.

2.4.3 Áreas de Atuação

O Instituto Suassuna oferece serviços em 10 áreas distintas da psicologia, atendendo a uma vasta gama de necessidades. As áreas de atuação incluem: avaliação psicológica; avaliação neuropsicológica; orientação profissional; atendimento a crianças, adolescentes, adultos e idosos; terapia de casal; atendimento domiciliar (home care); psicologia perinatal ; psicologia da reprodução humana; atendimento para autistas infantis; atendimento para autistas adultos.

Os atendimentos podem ser realizados de forma presencial ou online, de acordo com a localização do paciente e a disponibilidade dos nossos profissionais, o que garante flexibilidade e acessibilidade aos nossos serviços.

2.4.4 Equipe de Especialistas

O Instituto conta com uma equipe de mais de 30 psicólogos especializados, além de um psiquiatra e uma nutricionista que, juntos, oferecem um atendimento integrado e holístico aos nossos pacientes. Além disso, mais de 200 psicólogos já se formaram no Instituto, atuando em áreas diversificadas como a psicologia clínica, a avaliação neuropsicológica, e a psicologia da reprodução humana.

2.4.5 Vantagens de Parceria com o Instituto Suassuna

Firmar uma parceria com o Instituto Suassuna traz inúmeros benefícios, incluindo o acesso a uma rede de profissionais qualificados, programas de saúde mental personalizados, e a possibilidade de integrar cuidados em diversas áreas da saúde. Os parceiros do Instituto contam com serviços customizados de acordo com as suas demandas, sempre com a segurança de trabalhar com profissionais que seguem as melhores práticas da psicologia moderna.

2.4.6 Parceria com o Corpo de Bombeiros

Um exemplo marcante da atuação do Instituto Suassuna, foi a parceria com o Corpo de Bombeiros, em que foram desenvolvidos projetos voltados à saúde mental e ao bem-estar emocional dos bombeiros. Durante essa parceria, foram oferecidos treinamentos e atendimentos psicológicos que ajudaram a fortalecer a resiliência emocional dos profissionais diante das situações de alto estresse que enfrentam no cotidiano. A parceria resultou em uma melhoria significativa na qualidade de vida dos bombeiros e consolidou o compromisso em oferecer suporte psicológico em áreas de alta demanda emocional.

Além disso, criou-se uma campanha chamada de “Todos Cuidados”, em que é disponibilizado um telefone em regime de plantão 24 horas que fica com um profissional psicólogo que já faz o primeiro atendimento (triagem), e posteriormente direciona para um especialista, caso o paciente tenha interesse. Além disso é ofertado a todos os bombeiros e familiares, o atendimento psiquiátrico e acompanhamento gestacional e pós-gestacional para mulheres.

2.4.7 Relato abreviado do PROJETO INTEGRAÇÃO, PSICOLOGIA EM AÇÃO, trabalho realizado em Rio verde pelo Delegado de Polícia titular da Regional, Dr. Danilo Fabiano

“... Nós recebemos em meados de 2012, 2013, uma servidora que veio para o setor administrativo mais coincidentemente era formada em Psicologia, e diante da formação dela, nós iniciamos na DEAM, um atendimento a mulheres vítimas de violência, e foi sendo desenvolvido esse trabalho em primeiro momento em parceria com a Universidade de Rio Verde, até porque tínhamos a psicóloga e o setor jurídico que dava o apoio a essas mulheres, então a psicóloga fazia o atendimento mais no sentido de uma terapia, tratando ali a violência as consequências e traumas, e nós vimos que isso ajudava bastante no que diz respeito, não só as mulheres, mais de uma maneira geral tendo a presença de um psicólogo dentro da delegacia, isso poderia possibilitar o alcance a alguns servidores. Recentemente agora recebemos mais uma psicóloga e podemos montar um setor específico, que antes não tínhamos. Pois antes o trabalho era feito em uma sala improvisada, não só no atendimento às mulheres como, menores infratores, oitivas especializadas, como crianças que eram vítimas de abuso sexual, tortura e outros crimes praticados contra eles. E atualmente temos duas salas que foram adaptadas para essa finalidade, e aí passamos também a alcançar os servidores. No primeiro momento iniciamos com os servidores que faziam lavratura de boletim de ocorrência de RAI, e porque eles? Foi através de um diagnóstico, uma pesquisa, através de uma ferramenta de Gestão, que observamos que muitos desses servidores que faziam lavratura de boletim de ocorrência de RAI, estavam passando por problemas psicológicos, em razão disso e tendo as psicólogas na delegacia, nós começamos a implementar um trabalho de terapia em grupo com esses servidores, trabalho de atendimento individualizado, e em alguns casos com os familiares deles, até porque muitas vezes era relatado problemas que envolvia os filhos, os cônjuges, em situações que eles tinham a disposição de falar com a psicóloga. Assim o alcance do setor da psicologia passou a aumentar, passamos a atender também os servidores que fazem atendimento e estamos na fase de começar a atender os policiais que atuam na fase operacional que nós sabemos também que é um grande desgaste, situações de muito estresse, situações que geram algum problema psicológico, estamos na fase também de possibilitar um atendimento aqueles que querem também ter esse atendimento, e porque isso? Rio Verde fica distante da Capital, o policial muitas vezes fica envergonhado, ou com dificuldade de se deslocar até a Capital, ou também porque ele quer envolver a família nesse tratamento. Então com essa parceria que se deu em razão com a Prefeitura Municipal ter cedido dois psicólogos e em razão da Universidade de Rio Verde ter cedido 20 formandos em psicologia, que estão nos últimos anos de faculdade, que estão auxiliando todo esse trabalho. Então nós temos dois psicólogos formados autorizados a realizar esse trabalho e temos também vinte estagiários de psicologia da Universidade de Rio Verde, ou seja esse projeto já implementado, é totalmente

gratuito, ele é feito através de parceria, e os resultados são muito expressivos, nós melhoramos bastante na parte de condição de atendimento da lavratura do boletim de ocorrência, porque depois que esses profissionais começaram a fazer terapia, nós não só podemos readaptá-los, porque talvez eles estavam em uma função que estava gerando muito estresse, ou porque eles não estavam conseguindo gerir aquela situação, uma vez que o boletim de ocorrência trás pessoas com uma infinidade de problemas. Então esse projeto está sendo muito útil aqui para nós da 8ª DRP de Rio Verde, uma vez que estamos conseguindo de uma maneira muito humanitária, atender as famílias carentes vítimas de violência como também os servidores que precisam de um atendimento especializado, e o melhor de tudo realizado dentro de seu ambiente de trabalho”.

Em concordância com Minayo, Gomes e Lacaz (2005): “Cabe aos serviços públicos de saúde a atenção à saúde do trabalhador no aspecto da assistência e vigilância de doenças decorrentes das relações com o trabalho”.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esse estudo insere-se no âmbito da investigação entre características do trabalho policial e os afastamentos do trabalho por transtornos mentais.

A metodologia apresentada demonstra um rigor científico e uma abordagem multifacetada para investigar a saúde mental dos policiais civis em Goiás. A combinação de revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas permite uma análise aprofundada do tema, tanto em nível teórico quanto prático.

O estudo baseou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, além da pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2007) esse método tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A pesquisa bibliográfica é feita por meio do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, e permite a análise de diversas posições acerca de um problema. Nesse sentido, para Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61) é aquela em que “se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. A revisão bibliográfica garante um embasamento teórico sólido e permite identificar as principais lacunas e tendências na literatura sobre o tema. A pesquisa se concentra na realidade específica da Polícia Civil de Goiás, o que aumenta a relevância dos resultados.

Assim, para atender aos objetivos propostos, foi realizada busca na literatura especializada visando reunir referenciais teóricos acerca da relação entre atuação na área de

segurança pública e os riscos para a saúde mental dos agentes. A partir disso, buscaram-se artigos científicos resultantes de estudos que analisaram esta relação, e também aqueles que trataram da disponibilidade e funcionamento de serviços de atendimento e suporte psicológico em instituições de segurança pública do país, abarcando percepções dos profissionais envolvidos acerca da necessidade e efeitos dos serviços disponíveis, assim como as dificuldades percebidas. Os artigos foram selecionados em bases de dados disponíveis em meio eletrônico, prioritariamente Scientific Library Eletronic (SciELO); Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Google Scholar, sendo selecionados trabalhos relevantes em publicações dos últimos 20 anos.

Desta forma, após ampla seleção dos artigos científicos, realizou-se uma leitura crítica e interpretativa, selecionando aqueles que apresentavam a devida pertinência temática com o escopo do estudo, correlacionando-se os achados e descobertas das pesquisas com os referenciais teóricos utilizados. Após, os dados levantados foram descritos e analisados sob uma perspectiva crítica.

3.1 Cenário da Pesquisa

O cenário da pesquisa foi um dos requisitos do Curso de Especialização em Altos Estudos em Segurança Pública (CAESP), destinado aos Oficiais Superiores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, e aos Delegados de Polícia, Papiloscopistas, Peritos Criminais, Médicos Legistas e Policiais Penais, ambos de 1º Classe, com duração de 420 h/a, a ser realizado em parceria com a Universidade Estadual de Goiás – UEG, objetivando o aperfeiçoamento, em nível de gestão de Comando, de Direção e do Estado-Maior, dos profissionais que integram os níveis estratégicos dos órgãos componentes da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP.

Esta pesquisa visou descrever o panorama de saúde mental dos policiais civis do Estado de Goiás, com um recorte amostral de 403 que consentiram em participar buscando uma confirmação através de estudo científico da necessidade de ampliação do atendimento e cuidado com a saúde mental em âmbito institucional, assim como desvendando as principais causas dos afastamentos.

3.2 Amostra da População

A população total é composta por 4.822 servidores, os policiais civis e servidores administrativos que compõem a Polícia Civil do Estado de Goiás, contudo para esta pesquisa

foi feita um recorte incidindo em 403 policiais que concordaram responder ao questionário. A amostra foi definida por critérios de conveniência e representatividade.

Para participar, foi necessário ler e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Tendo sido aprovada e difundida pelo Delegado Geral da Polícia de Goiás, sob o Despacho SEI n. 1549/2024/DGPC/GAG/DPA -16173, e detalhado no processo SEI n. 20240000708516.

3.3 Instrumentos de Pesquisa

Os instrumentos de coleta de dados foi aplicação de questionário de pesquisa tipo survey com dados validados e testados previamente, contendo perguntas como dados sociodemográficos assim como, abordagem acerca das características pessoais e relacionadas tratando e analisando de forma discreta e confidencial o conteúdo por meio de softwares estatísticos e de análise de dados.

No âmbito pessoal foram feitas perguntas como: idade, sexo, tempo de serviço, função atual e lotação na PCGO, avaliação pessoal do estado mental, reconhecimento de fatores estressores e conhecimento e busca por apoio psicológico foram aplicadas. No âmbito do trabalho perguntas sobre o relacionamento entre pares, chefes e subordinados. Finalmente foi buscado alinhamento entre aqueles que diretamente estão envolvidos no processo de cuidado com a saúde mental dos policiais como, Núcleo de Atenção Biopsicossocial (NIAB) e Instituto Suassuna.

Objetivando analisar o panorama da saúde mental dos policiais civis e servidores administrativos da Polícia Civil de Goiás, buscando evidências científicas para corroborar a necessidade de ampliar o atendimento e o cuidado com a saúde mental no âmbito institucional, além de identificar os principais fatores que contribuem para os problemas de saúde mental nessa população.

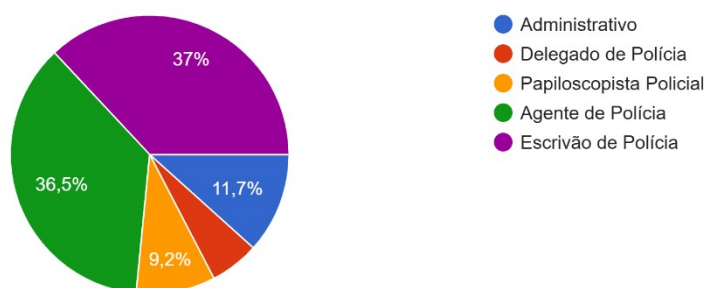
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar os resultados obtidos a partir do questionário aplicado aos participantes da pesquisa. O questionário foi elaborado com o intuito de coletar dados sobre o adoecimento mental dos policiais civis da PCGO, e os resultados foram organizados de forma a facilitar a compreensão das tendências e padrões emergentes. A seguir, serão apresentados gráficos que ilustram as principais respostas e insights extraídos dos dados coletados.

Cada gráfico foi elaborado com base nas respostas dos participantes e será acompanhado de uma breve análise, destacando os aspectos mais relevantes para o estudo. A apresentação gráfica tem o intuito de tornar mais claro o perfil dos respondentes, as preferências, as opiniões e as correlações observadas, proporcionando uma visualização eficiente dos dados para uma interpretação mais detalhada e precisa.

A análise dos gráficos permitirá uma compreensão mais aprofundada sobre os fenômenos investigados, possibilitando a discussão de resultados e comparações com estudos anteriores, conforme será detalhado nas seções subsequentes.

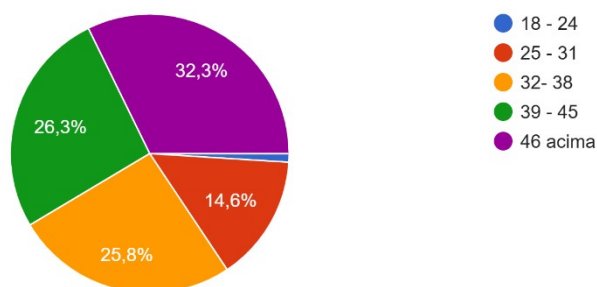
Gráfico 1 – Cargo ocupado



Fonte: A autora (2024).

O Gráfico 1 apresenta os resultados quanto ao cargo ocupado pelos entrevistados. Podemos observar que a maioria, representada por 37%, ocupa o cargo de Escrivão de Polícia, logo em seguida está o Agente de Polícia, com 36,5%. Em terceiro lugar, observamos que 11,7% dos entrevistados ocupa o cargo Administrativo, seguido do Papiloscopista Policial, com 9,2%, e, por último, com 5,6% está o Delegado de Polícia.

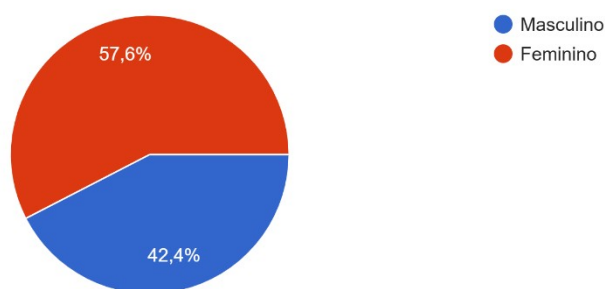
Gráfico 2 – Idade



Fonte: A autora (2024).

No Gráfico 2 são apresentados os dados relacionados à idade dos entrevistados. Podemos observar que a maioria (32,3%) tem 46 anos ou mais. Já, 26,3% dos entrevistados tem entre 39 e 45 anos, seguido daqueles com 32 a 38 anos, representando 25,8% do total. A parcela de 14,6% tem de 25 a 31 anos e uma pequeníssima quantidade (1%) é representada pelos jovens de 18 a 24 anos.

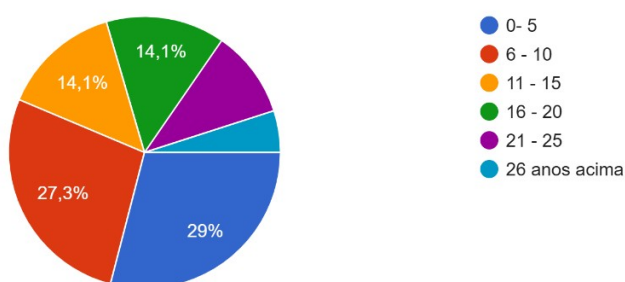
Gráfico 3 – Sexo



Fonte: A autora (2024).

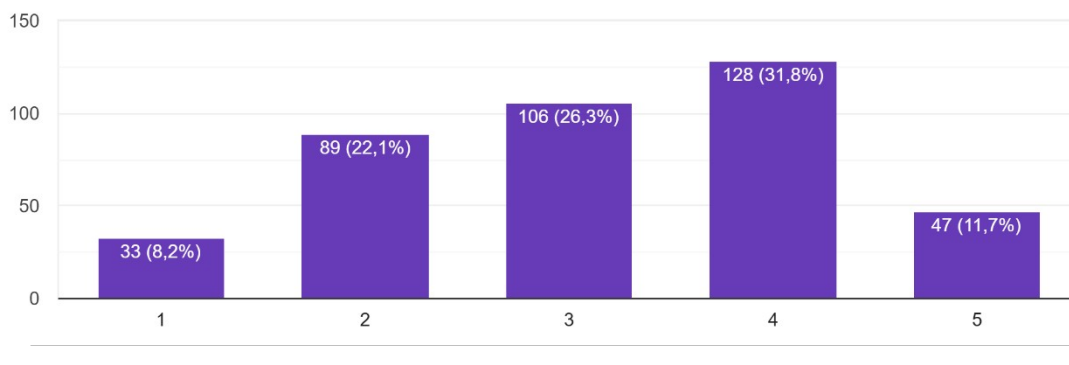
O Gráfico 3 mostra que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, com 57,6%, e 42,4% é do sexo masculino.

Gráfico 4 – Tempo de serviço, em anos



Fonte: A autora (2024).

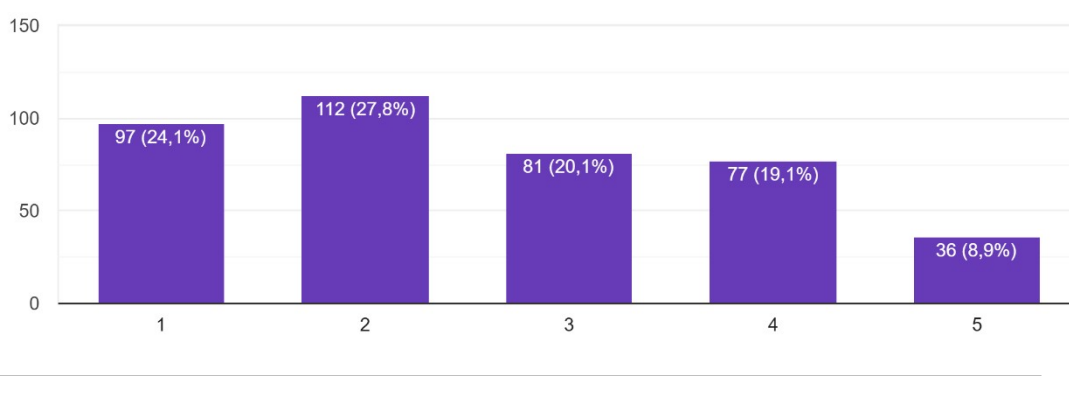
No Gráfico 4 podemos avaliar o tempo de serviço dos entrevistados. Com 29% com até 5 anos de serviço e 27,3% de 6 a 10 anos. Empatados com 14,1% estão aqueles entre 11 e 15 anos e 16 a 20 anos. Temos 10,4% com 21 a 25 anos e 5% com mais de 26 anos de serviço.

Gráfico 5 – Reatividade Emocional – Reajo intensamente a situações estressantes

Fonte: A autora (2024).

Observa-se que como citado nos estudos a resposta de 8,2% discordam totalmente que reagem a situações estressantes, 22,1% discordam parcialmente, 26,3% se encontram neutros, 31,8% concordam parcialmente e 11,7% concordam plenamente que têm reagido a situações de stress.

Observa-se que todos concordaram que reagem intensamente a situações estressantes. O que comprova que: ... “A resistência em reconhecer a importância da saúde mental e a falta de acesso a serviços especializados contribuem para o aumento do absenteísmo e para a redução da eficiência das operações policiais. (MINAYO, et.al., 2008).

Gráfico 6 – Reatividade Emocional - Me sinto emocionalmente abalado (a) com facilidade

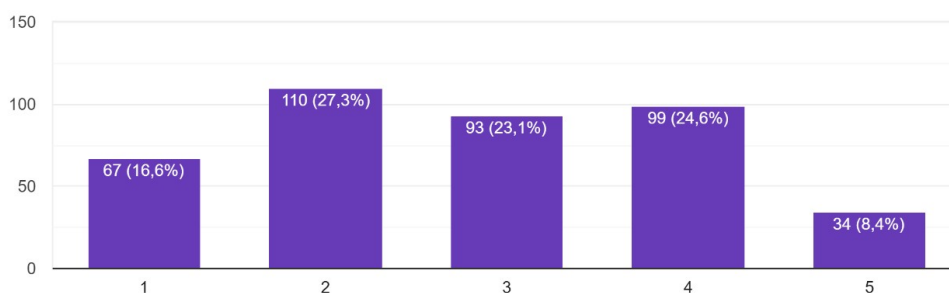
Fonte: A autora (2024).

Dos entrevistados, 28 % concordam parcialmente ou plenamente que se sentem emocionalmente abalados com facilidade.

Mirabete (1998) e Guimarães (1999) apontam que a atividade militar não se resume ao serviço diário, a função implica em constante estado de alerta, mesmo quando o profissional está em momento de descanso. A profissão do policial requer que este indivíduo atue no confronto contra a conduta irregular ou criminosa da sociedade, defendendo cidadãos.

Estado que facilita o surgimento do estresse desencadeando alterações psíquicas e físicas.

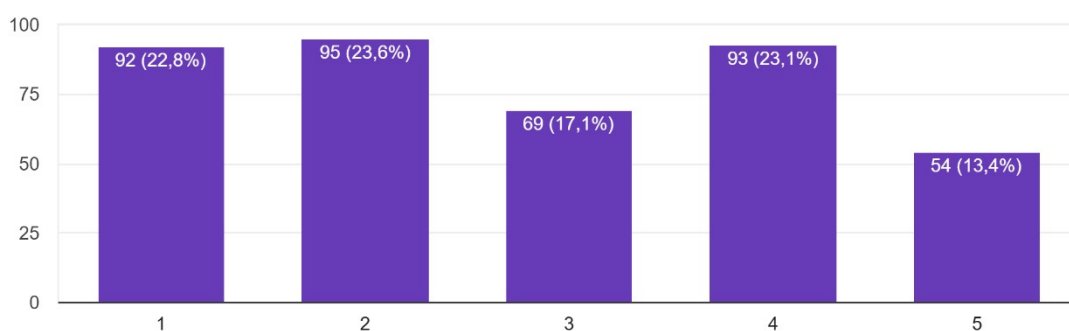
Gráfico 7 – Reatividade Emocional – Sou sensível a crítica



Fonte: A autora (2024).

É possível observar que os 403 entrevistados são sensíveis a críticas em maior ou menor grau. Não cabendo nesta pesquisa à análise deste quesito.

Gráfico 8 – Reatividade Cognitiva – Fico pensando obsessivamente em situações estressantes

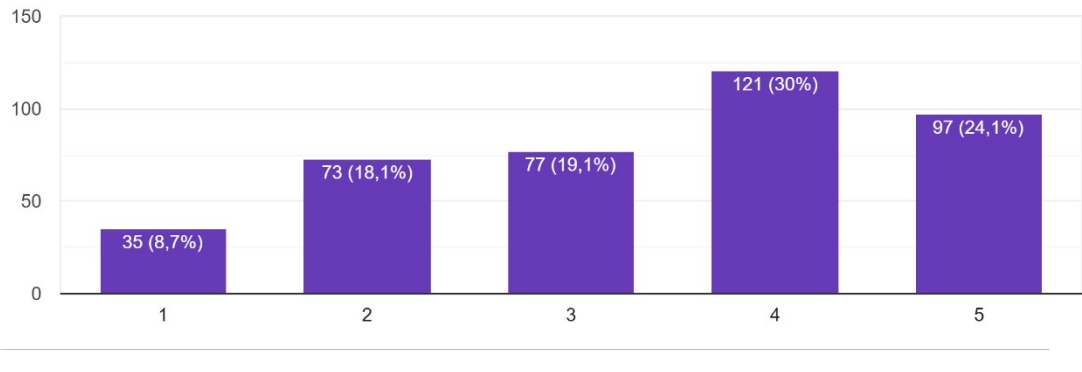


Fonte: A autora (2024).

Dos 403 respondentes em maior ou menor grau de sinceridade, todos ficam sob tensão nas operações.

A OMS aponta que a combinação de fatores demográficos, estresse ocupacional, acesso a meios letais e a presença de doenças mentais torna profissionais como policiais mais vulneráveis ao suicídio.

Gráfico 9 – Reatividade Cognitiva - Me preocupo em demasia com o futuro

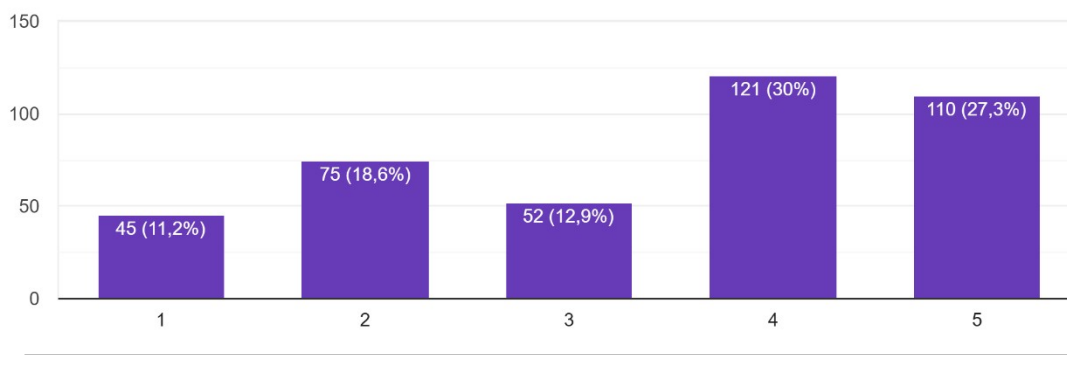


Fonte: A autora (2024).

Observa-se no gráfico que 54,1% , concordam parcialmente ou plenamente que se preocupam em demasia com o futuro.

Por se tratar de uma atividade laboral de risco o policial teme por exemplo não voltar para a casa diariamente, temor por perder companheiros, o risco iminente de tirar a vida de outrem de outros.

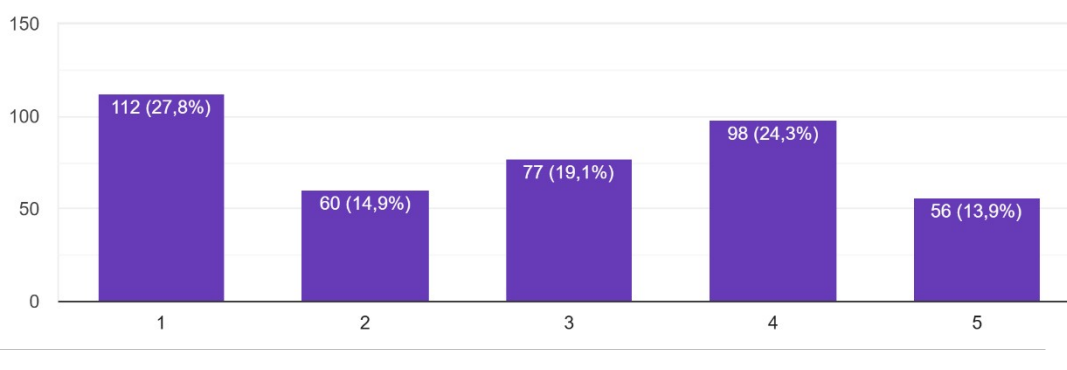
O desgaste profissional no ambiente de trabalho ocasionado pelas altas jornadas de trabalho acúmulo de funções e desgaste físico traz consigo sérios danos na parte psicológica dos profissionais em especial no que se refere a questão psíquica e social, problemas estes que interferem de forma negativa na atividade laboral e de interação com o restante da equipe. (BORGES, 2013; FERREIRA AUGUSTO e SILVA< 2008, 2009).

Gráfico 10 – Reatividade Cognitiva - Tenho dificuldade em desligar minha mente

Fonte: A autora (2024).

Dos 131 entrevistados, concordam parcialmente ou plenamente que têm dificuldade de desligar a mente.

O cansaço emocional é considerado o traço inicial, podendo a manifestação ser física; psíquica ou uma combinação das duas. (BORGES, 2013; FERREIRA AUGUSTO, SILVA, 2008). O estresse como sinônimo de cansaço, dificuldade, frustração, ansiedade, desamparo, desmotivação. Tornou-se o responsável pela maioria dos males que nos afligem principalmente os relacionados ao estilo de vida urbano atual. (PINTO, 2013)

Gráfico 11 – Reatividade Fisiológica - Sinto palpitações quando estou sob pressão

Fonte: A autora (2024).

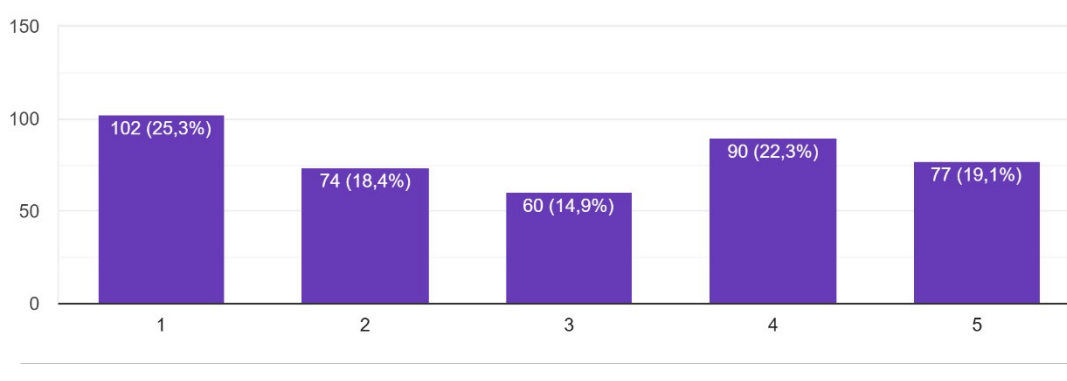
Na amostra 38,2 % dos profissionais responderam que concordam parcialmente ou plenamente que sentem palpitações quando estão sob pressão.

No trabalho operacional os policiais têm maiores chances de se depararem com situações de alto risco, participar diretamente da mediação de conflitos e resolver crises de

diferentes complexidades (SOUSA et al., 2014). Essas características laborais podem repercutir na saúde do policial, afetando sua qualidade de vida e relações sociais (BORGES, 2013; SOUZA et al., 2012). Situações que podem, ainda, prejudicar o desempenho de sua atuação em serviço e colocar em risco a sua vida ou a vida de terceiros (FERREIRA, 2009; MINAYO; CONSTANTINO; SOUZA, 2008; SOUSA et al., 2014).

O contínuo desgaste emocional por meio das pressões enfrentadas acarreta um estado de estresse que fisiologicamente dispara gatilhos de desequilíbrios emocionais.

Gráfico 12 – Reatividade Fisiológica - Sinto tensão muscular com constância

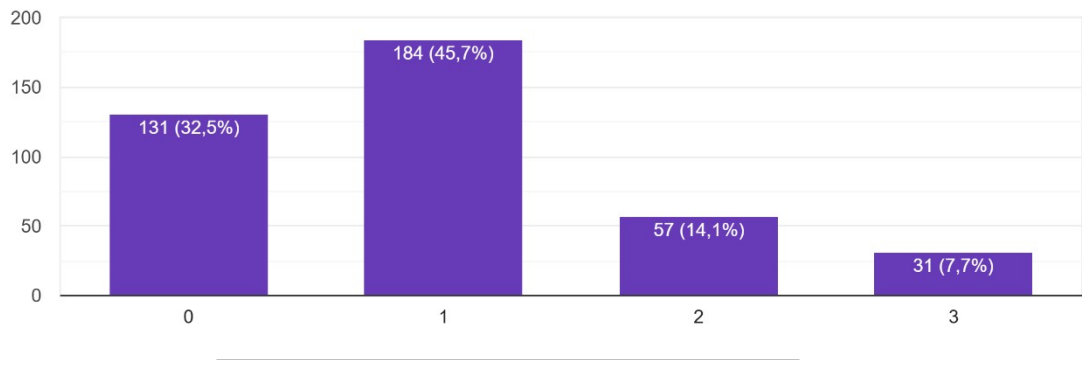


Fonte: A autora (2024).

Em relação a reatividade fisiológica, 41,4% dos participantes, concordam parcialmente ou plenamente que sentem tensão muscular com constância.

Um dos sintomas presentes no desgaste emocional são as dores musculares intensas.

O policial lida com riscos reais e imaginários, na profissão. Assim, o sofrimento e o estresse apresentam agravamentos e mesmo quando imaginários, podem desencadear respostas de alerta e até mesmo levá-lo à morte. Benevides-Pereira (2002) admite que os profissionais que trabalham em funções diretamente na assistência dos outros, estão suscetíveis ao estresse. Os sintomas podem ser definidos da seguinte forma: fadiga constante e progressiva, dores musculares, distúrbios do sono, perturbações gastrointestinais. O exercício do trabalho do policial pode ser caracterizado como extremamente desgastante física e emocionalmente e o cargo ocupado dentro da organização também pode constituir um fator que pode contribuir para o sofrimento psíquico (SILVA; VIEIRA, 2008).

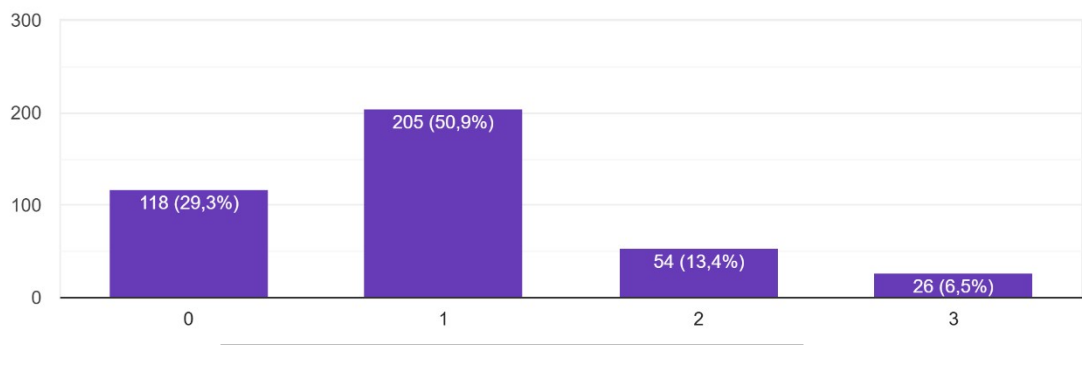
Gráfico 13 – Depressão - Me sinto desanimado e sem esperança

Fonte: A autora (2024).

No gráfico 13, que trata de depressão, 88 dos profissionais relatam , que por muitas vezes ou quase sempre se sentem desanimados e sem esperanças.

Pesquisas evidenciam que o sofrimento psíquico é uma realidade presente no cotidiano dos policiais civis. Os sintomas mais comuns incluem insônia, irritabilidade e fadiga, sobre sintomas Borges (2013) acrescenta a constante exposição ao perigo; riscos iminentes, horários irregulares de trabalho; de alimentação; exposição a intempéries e longos períodos em pé. Acrescido do risco de morte e a perda de seus companheiros. Situações que não apenas afeta a qualidade de vida dos profissionais, mas também impacta o desempenho da corporação como um todo.

Sintomas que estão presentes nos quadros de depressão. De acordo com as respostas em maior ou menor intensidade reconhecem os sintomas.

Gráfico 14 – Depressão - Me sinto sem interesse nas coisas

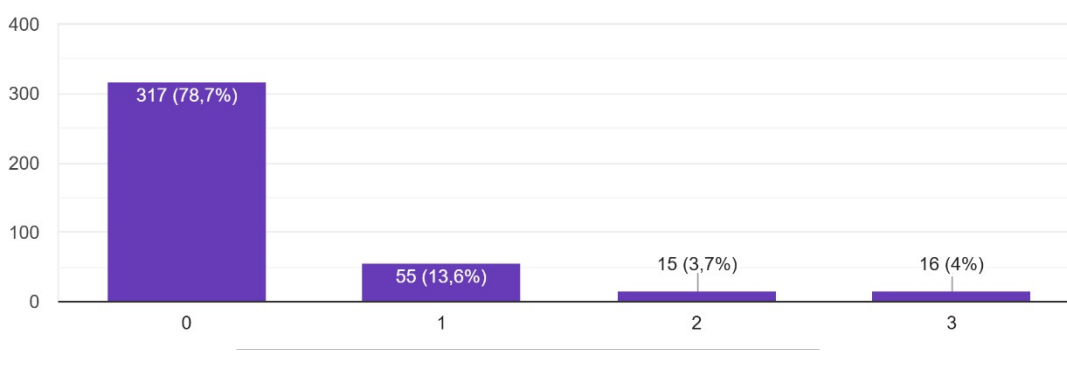
Fonte: A autora (2024).

No gráfico 14, da população amostra 19,9% apontam que por muitas vezes ou quase sempre se sente sem interesse nas coisas.

Situações que no trabalho pode apresentar como uma resposta nociva, física e emocional, que ocorre quando as exigências do trabalho não vão ao encontro das capacidades, recursos ou necessidades do trabalhador. Estas dificuldades estão relacionadas com reações desajustadas às pressões sentidas como excessivas ou demasiado exigentes.

Algumas vezes, esta resposta é uma reação a um evento ou uma mudança de vida, no entanto, na maior parte dos casos o que acontece é que a situação presente apenas desencadeou algo que estava adormecido ou controlado, mas que já existia e que a pessoa de alguma maneira conseguiu, até aqui, com sucesso, não deixar que afetasse o seu trabalho. Para estas pessoas, estresse no trabalho pode agravar seu problema, pois chega a um ponto onde desencadeia um problema de saúde mental existente, refletindo em todos os aspectos da vida, quer no nível individual e na social.

Gráfico 15 – Depressão - Eu tive pensamentos suicidas



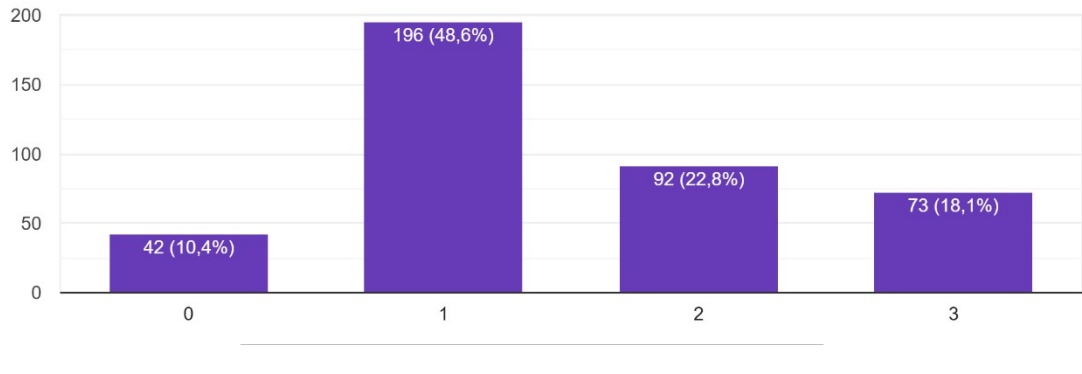
Fonte: A autora (2024).

Em relação a ter tido pensamentos suicidas 21,3% dos participantes, relatam que às vezes, muitas vezes ou quase sempre, tiveram esses pensamentos.

Lopes e Coutinho (1999) asseguram que a marcante situação de risco e jornadas exaustivas, leva muitos agentes a desenvolverem comportamentos de risco, como o uso abusivo de substâncias, na busca por alívio temporário para o sofrimento psíquico. O uso de drogas e a depressão apresentam uma relação complexa e bidirecional. Indivíduos com depressão podem buscar alívio nos efeitos das drogas, enquanto o uso crônico de substâncias

psicoativas pode induzir alterações neuroquímicas que levam ao desenvolvimento de sintomas depressivos, como anedonia, falta de energia e alterações do apetite. E a eventos trágicos.

Gráfico 16 – Ansiedade - Me sinto nervoso

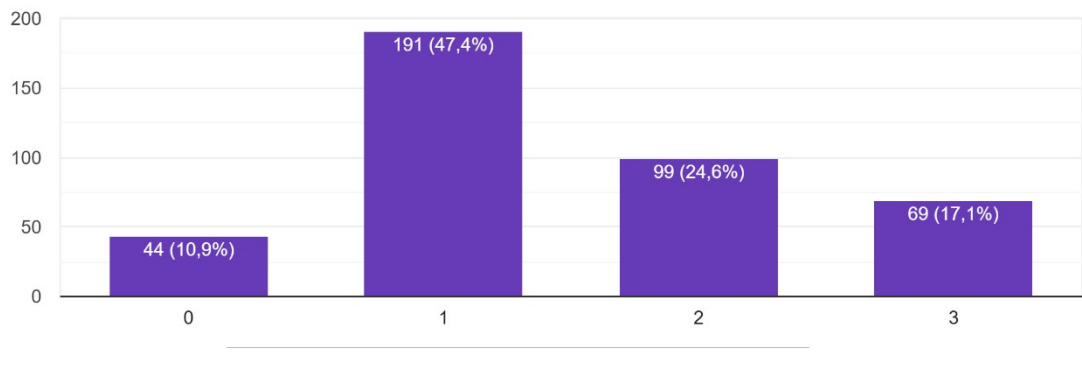


Fonte: A autora (2024).

No gráfico 16 que trata de ansiedade, 361 dos policiais e administrativos, demonstram que às vezes, muitas vezes ou quase sempre se sentem nervosos.

Segundo Pinto (2013), o trabalho policial expõe os agentes a situações de alto risco e estresse, como lidar com a morte e a violência. A jornada de trabalho irregular e a sobrecarga de tarefas agravam esses problemas, levando muitos policiais a desenvolverem sentimentos de isolamento, medo, agressividade e ansiedade. Essa combinação de fatores coloca a saúde mental dos policiais em risco.

Gráfico 17 – Ansiedade - Me sinto tenso



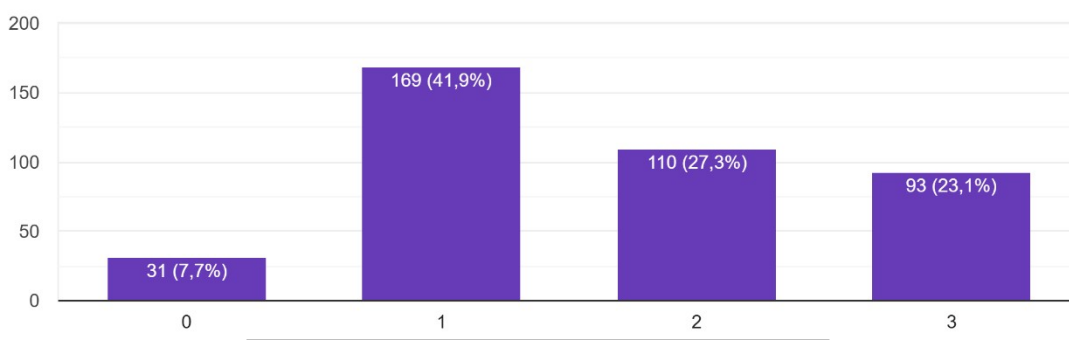
Fonte: A autora (2024).

No gráfico 16 que trata de ansiedade, 359 dos participantes, demonstram que às vezes, muitas vezes ou quase sempre se sentem tensos.

Para Souza (2005), a natureza violenta do trabalho policial é um fator de risco significativo para a saúde mental desses profissionais, com repercussões em suas vidas pessoais. O porte de arma, embora essencial para o trabalho policial, expõe os agentes a um risco constante, inclusive fora do serviço, devido à crença de que devem estar sempre prontos para agir. Essa pressão constante intensifica o estresse e a ansiedade dos policiais, aumentando o risco de desenvolver transtornos mentais. Estudos indicam que o porte de arma fora do serviço é um fator de risco significativo para a mortalidade entre policiais (SPODE & MERLO, 2006)

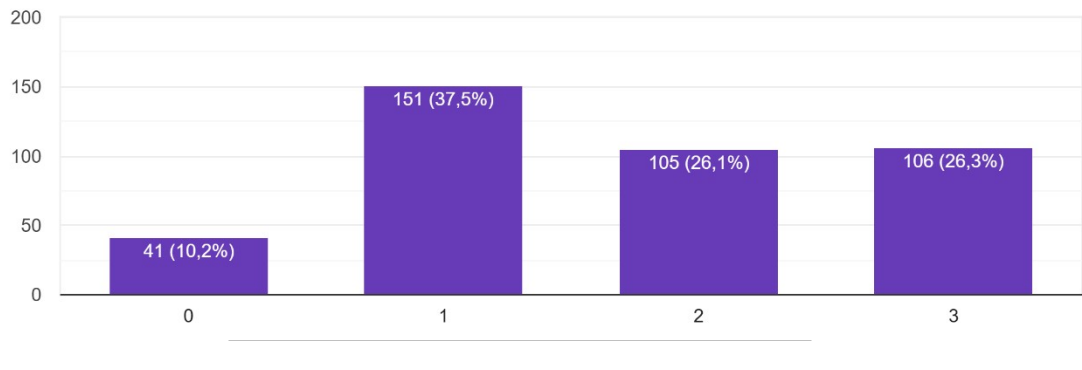
De acordo com estudos realizados por Silva Junior (2014), dados recentes apontam que os transtornos mentais e comportamentais permanecem como a terceira principal causa de afastamentos do trabalho por motivos de saúde.

Gráfico 18 – Ansiedade - Me sinto preocupado(a)



Fonte: A autora (2024).

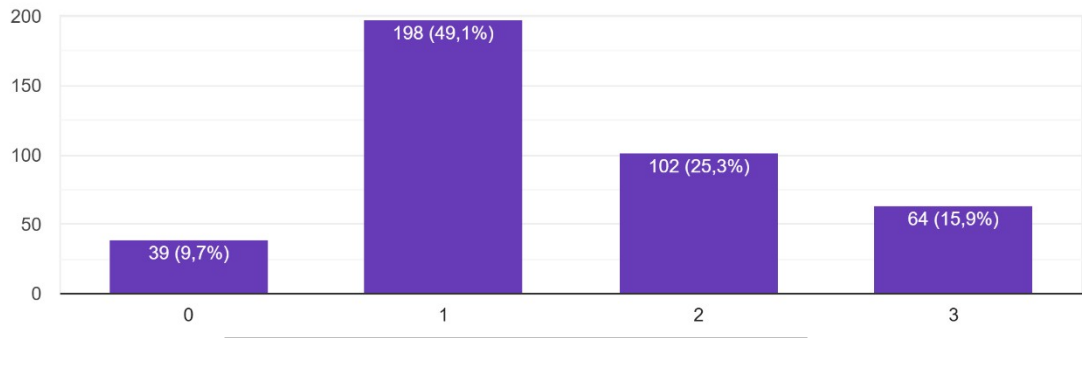
O Gráfico 18 revela que apenas 7,7% dos entrevistados nunca se sente preocupado. A maioria, por sua vez, relata experimentar esse sentimento com diferentes frequências: 41,9% às vezes, 27,3% muitas vezes e 23,1% quase sempre.

Gráfico 19 – Estresse - Me senti sobrecarregado(a)

Fonte: A autora (2024).

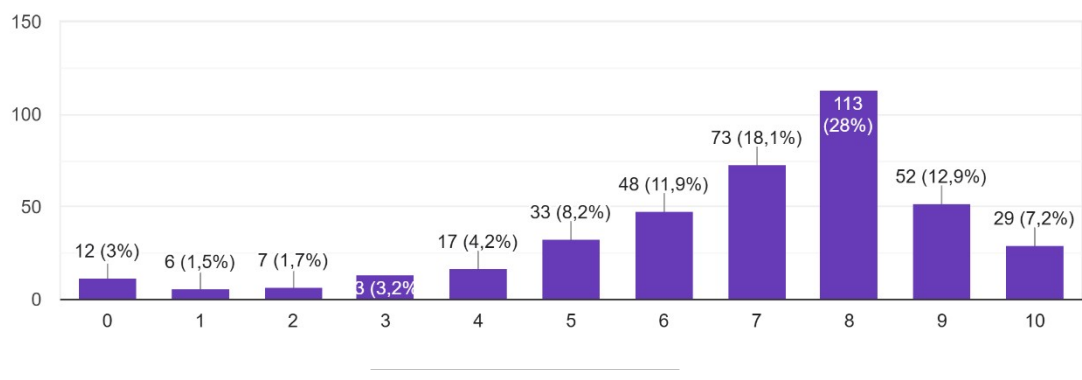
O estresse é desencadeada por uma discrepância entre as expectativas e ideais do empregado e os requisitos reais de sua posição. A palavra estresse vem do inglês stress. Este termo foi usado inicialmente na física para traduzir o grau de deformidade sofrido por um material quando submetido a um esforço ou tensão e transpôs este termo para a medicina e biologia, significando esforço de adaptação do organismo para enfrentar situações que considere ameaçadoras a sua vida e a seu equilíbrio interno. (LOPES e COUTINHO, 1999)

Para Souza (2005), a natureza violenta do trabalho policial é um fator de risco significativo para a saúde mental desses profissionais, com repercussões em suas vidas pessoais. O porte de arma, embora essencial para o trabalho policial, expõe os agentes a um risco constante, inclusive fora do serviço, devido à crença de que devem estar sempre prontos para agir. Essa pressão constante intensifica o estresse e a ansiedade dos policiais, aumentando o risco de desenvolver transtornos mentais. Estudos indicam que o porte de arma fora do serviço é um fator de risco significativo para a mortalidade entre policiais (SPODE & MERLO, 2006)

Gráfico 20 – Estresse - Me senti irritado(a)

Fonte: A autora (2024).

O exercício do trabalho do policial pode ser caracterizado como extremamente desgastante física e mentalmente pesquisas evidenciam que o sofrimento psíquico é uma realidade presente no cotidiano dos policiais civis. Os sintomas mais comuns incluem insônia, irritabilidade e fadiga

Gráfico 21 – Percepção individual da saúde mental

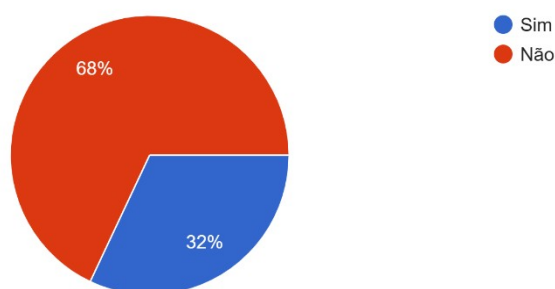
Fonte: A autora (2024).

O Gráfico 21 apresenta dados relativos à percepção individual da saúde mental dos entrevistados. Ao responderem a pergunta “Em aspecto geral, como você avalia sua saúde mental (classifique de 0 a 10, sendo 0 para Muito Ruim e 10 para Excelente)”, observamos que a grande maioria avalia que está bem, pois que, atribuiu notas superiores a 5. Ressaltando a nota 8 (Muito Bom) representando 28% dos entrevistados um ponto que merece bastante atenção é que 3% dos entrevistados atribuiu a nota 0, considerando sua saúde mental “Muito Ruim”.

Sobre sintomas relativos à saúde mental Borges (2013) orienta que é preciso acrescentar que a constante exposição ao perigo; riscos iminentes, horários irregulares de trabalho; de alimentação; exposição a intempéries e longos períodos em pé. Acrescido do risco de morte, a perda de seus companheiros e o cargo ocupado dentro da organização podem constituir fatores que pode contribuir para o sofrimento psíquico e são situações diárias e que não apenas afeta a qualidade de vida dos profissionais, mas também impacta o desempenho da corporação como um todo. emocionalmente e (SILVA; VIEIRA, 2008).

Portanto as respostas não condizem com a realidade, seria interessante prescrutar o que levou a ocultação da realidade.

Gráfico 22 – Busca regular de apoio psicológico e/ou assistência médica psiquiátrica

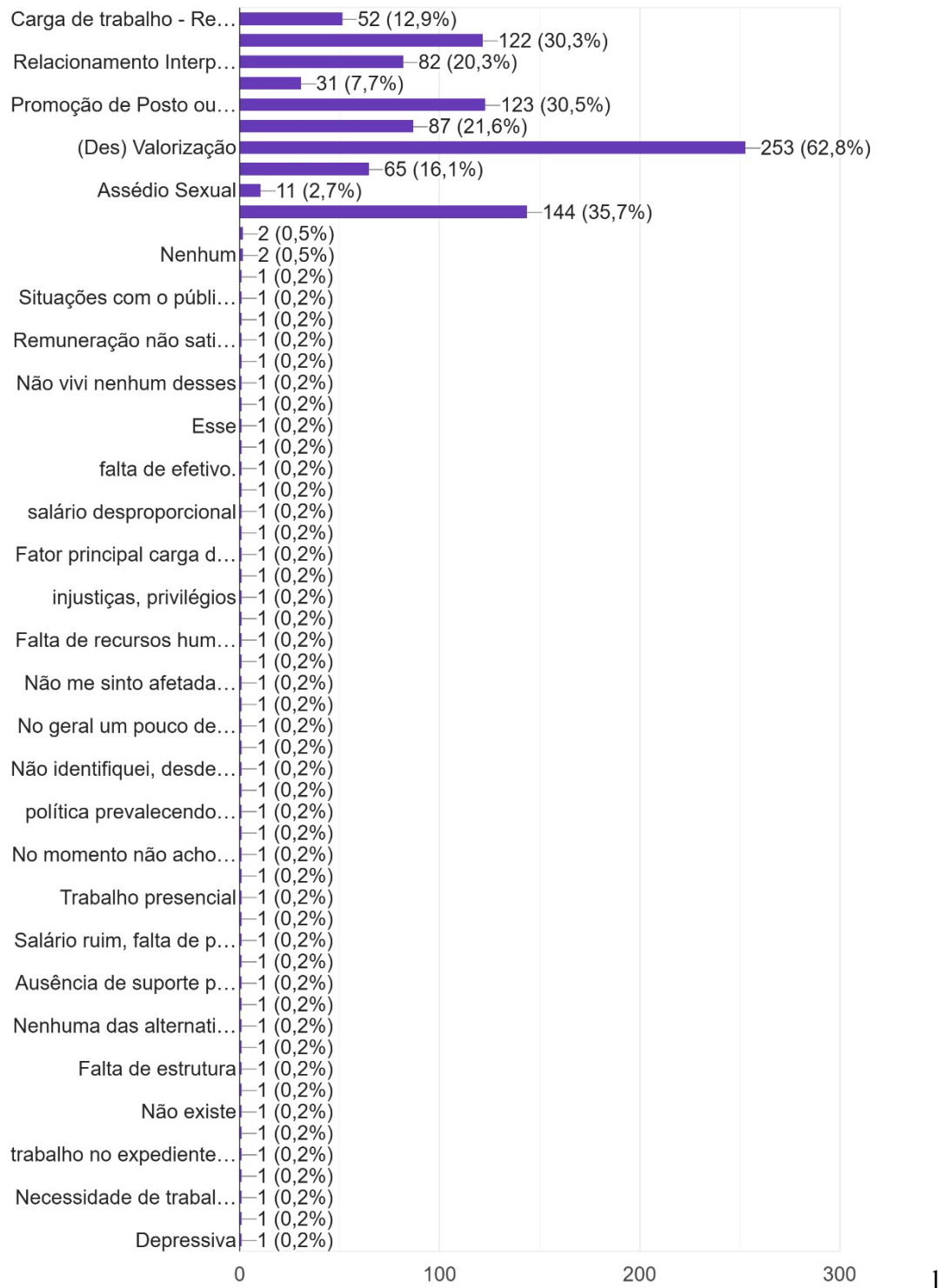


Fonte: A autora (2024).

O Gráfico 23 mostra resultados referentes à busca regular de apoio psicológico e/ou assistência médica psiquiátrica pelos entrevistados. Observamos que a maioria (68%) não procura tal atendimento, enquanto que 32% busca pelo atendimento.

A resistência em reconhecer a importância da saúde mental e a falta de acesso a serviços especializados contribuem para o aumento do absenteísmo e para a redução da eficiência das operações policiais. (MINAYO, et.al., 2008)

Gráfico 23 – Fatores vivenciados e relacionados à atividade na PCGO que afetam a saúde mental

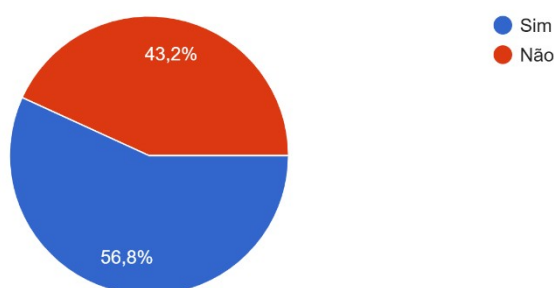


Fonte: A autora (2024).

O Gráfico 23 demonstra os resultados obtidos a partir da seguinte pergunta: “Quais fatores vivenciados e relacionados à sua atividade na PCGO, você acredita afetar a sua saúde mental? (marque todas que se aplicam)”. A partir das respostas obtidas, percebe-se que os

fatores amplamente mensurados pelos autores são os que de fato afetam a saúde mental dos 403 entrevistados. Ressaltamos alguns fatores que merecem atenção, quais sejam: o item “(Des)valorização” foi citado 23 vezes; “Excesso de Trabalho”, 144 vezes; “Promoção de Posto ou Classe/Graduação”, 123; “Relacionamento Interpessoal – Colegas”, 122; “Mudança de Lotação”, 87; “Assédio Moral”, 65; “Carga de Trabalho – Regime Extraordinário (Ac4)”, 52; “Preconceito/Discriminação”, 31; “Assédio Sexual”, 11.

Gráfico 24 – Percepção de apoio dos colegas no cuidado com a saúde mental

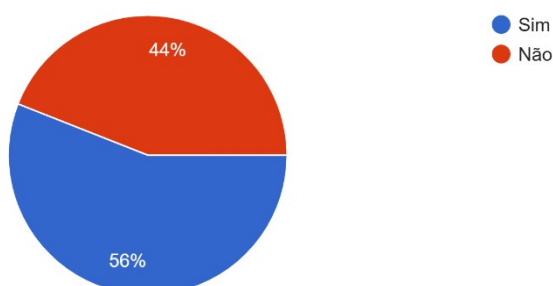


Fonte: A autora (2024).

No Gráfico 24 temos os resultados relativos à pergunta realizada no questionário: “Você sente que recebe apoio dos colegas no cuidado com sua saúde mental?”. Vemos que a maioria (56,8%) acredita que são sim apoiados em seu cuidado com a saúde mental, e 43,2% não se sentem acolhidos.

A literatura consultada demonstrou que alguns fatores inibem os entrevistados a buscarem auxílio dos quais destacam-se vergonha de exporem seus problemas, medo de serem considerados fracos, temor diante dos superiores.

Gráfico 25 – Percepção de apoio do superior no cuidado com a saúde mental

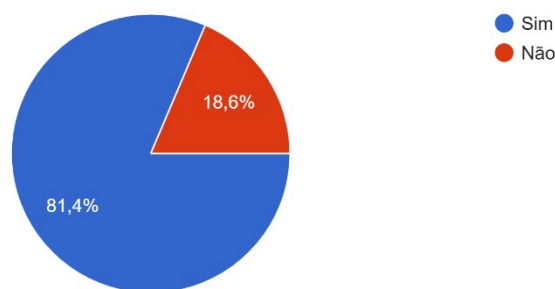


Fonte: A autora (2024).

Este fator é importante, entretanto não foi possível alinhar com a literatura consultada.

O Gráfico 25 nos mostra resultados referentes à seguinte pergunta realizada no questionário: “Você sente que recebe apoio do seu superior no cuidado com sua saúde mental?”. Daqui depreende-se que a maioria (56%) se sente acolhido pelo superior, e 44% não percebe esse apoio.

Gráfico 26 – Conhecimento sobre o NIAB

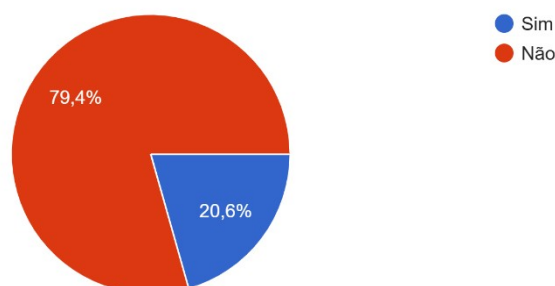


Fonte: A autora (2024).

O Gráfico 26 apresenta resultados sobre o conhecimento dos entrevistados da existência do Núcleo de Atenção Biopsicossocial da PCGO. Vemos que a grande maioria dos entrevistados (81,4%) conhece, e apenas 18,6% não conhece o NIAB.

Contudo é sabido que muitos não procuram este atendimento por diversos motivos, dos quais pode-se destacar exposição dentro da instituição ficariam mais à vontade se fosse atendido em outra instituição de atenção à saúde mental.

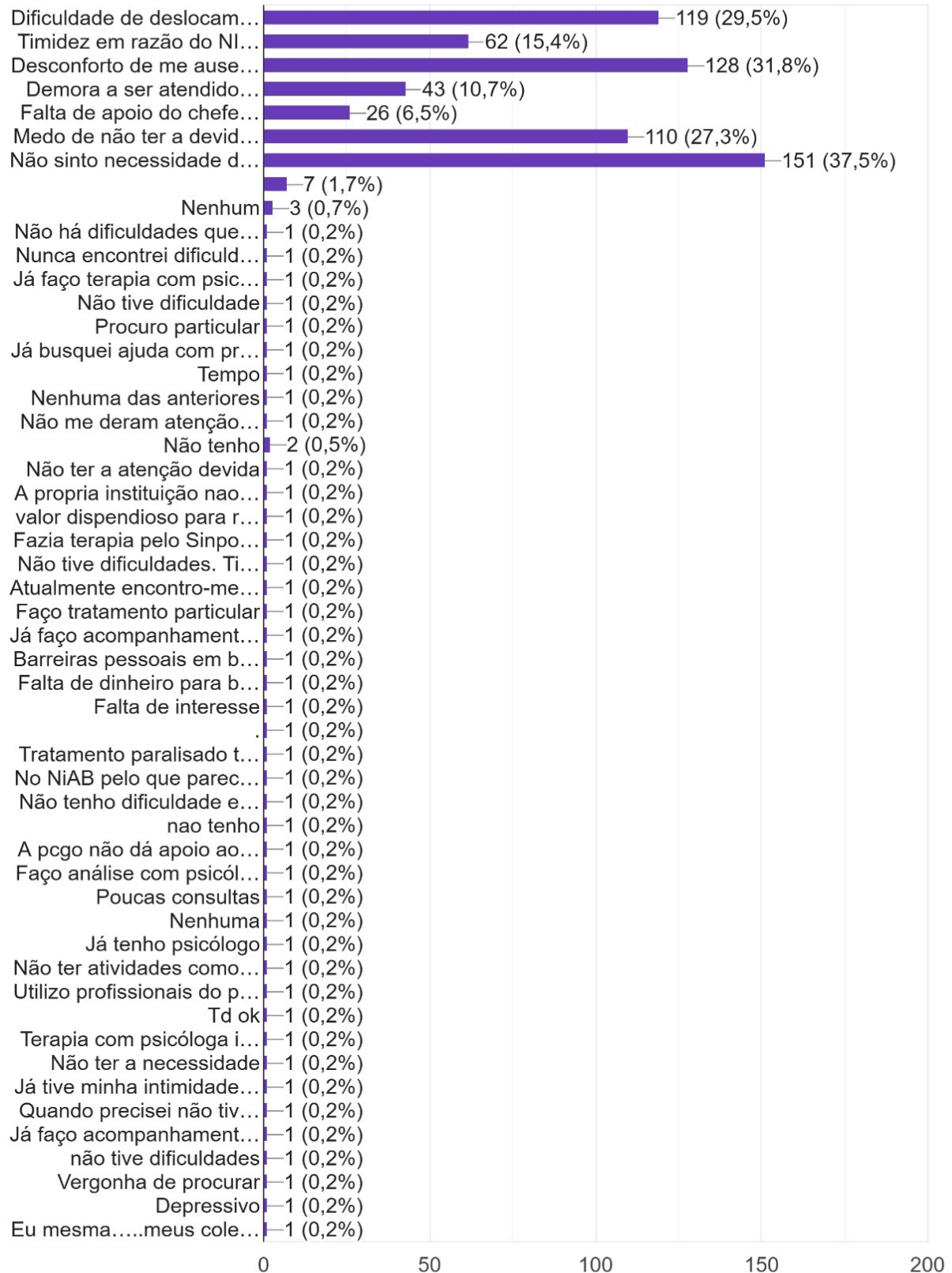
Gráfico 27 – Busca de apoio junto ao NIAB da PCGO



Fonte: A autora (2024).

O Gráfico 27 mostra que 79,4% dos entrevistados já procurou por apoio junto ao NIAB da PCGO, e apenas 20,6% não buscou por esse atendimento.

Gráfico 28 – Dificuldades encontradas na busca pelo cuidado com a saúde mental



Fonte: A autora (2024).

O Gráfico 28 demonstra as dificuldades encontradas pelos entrevistados na busca pelo cuidado com a saúde mental. Mesmo que, embora a maioria (151 pessoas) respondeu não ter necessidade de buscar ajuda com profissionais, podemos ressaltar questões importantes, o item “Desconforto em me ausentar do trabalho, se necessário, para cuidar da saúde mental” foi citado por 128 pessoas, enquanto, 119 pessoas afirmam ter dificuldade de deslocamento geográfico (trânsito, localidade...), 110 apresentam medo de não ter a devida confidencialidade por ser um atendimento institucional, 62 tem timidez em razão do NIAB estar dentro de uma unidade da instituição, 43 reclamam da demora no atendimento devido à fila de espera, 26 queixam da falta de apoio do chefe em relação à sua demanda.

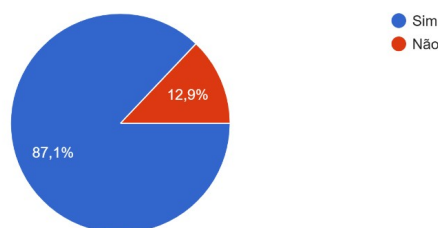
Gráfico 29 – Busca por medicamentos e/ou substâncias, em momentos de depressão, ansiedade ou estresse



Fonte: A autora (2024).

No Gráfico 29 podemos verificar que 38,8% prefere recorrer ao uso de medicações/substâncias para controlar os sintomas nos momentos de depressão, ansiedade ou estresse, enquanto que a maioria (59%) dos entrevistados prefere não buscar esses meios.

Gráfico 30 – Busca por atendimento e cuidado com a saúde mental caso houvesse opções externas de atendimento, por meio de uma parceria



Fonte: A autora (2024).

O Gráfico 30 apresenta resultados referentes à seguinte pergunta: “Você buscaria atendimento e cuidado com sua saúde mental caso fosse disponibilizado outras opções de atendimento fora da instituição, através de uma parceria?”. E percebemos que essa possibilidade merece atenção, visto que a grande maioria dos entrevistados (87,1%) demonstra interesse.

Segundo Castro & Cruz (2015), pesquisas com policiais afastados devido a transtornos mentais indicam que programas institucionais de prevenção à saúde mental no trabalho são cruciais para reduzir os índices de afastamento. É fundamental que os policiais tenham acesso a serviços de saúde mental especializados para lidar com os traumas e as dificuldades decorrentes da profissão.

Bizinoto (2019), os afastamentos por motivos de saúde mental representam um custo significativo para a sociedade, tanto em termos do sofrimento individual dos servidores quanto das perdas financeiras geradas pelos afastamentos e tratamentos. A prevenção desses afastamentos é fundamental para garantir o bem-estar dos servidores e a otimização dos recursos públicos.

Conforma Oliveira (2024), qao direcionarmos nosso olhar para o interior da organização estatal , percebemos a urgência em ampliar o cuidado com a saúde mental dos profissionais da segurança pública. A expansão desses serviços pode ser alcançada por meio da valorização e aprimoramento de projetos internos, bem como pela construção de parcerias com instituições especializadas. Investir no bem-estar emocional destes profissionais é fundamental para o todo um desempenho coletivo.

Considerando que as condições de trabalho na polícia são um fator de risco significativo para o aumento de casos de transtornos mentais, uso de drogas e suicídio, impondo medidas urgentes em que as instituições policiais invistam em ações para ampliar o acesso a serviços de saúde mental para seus profissionais (CASTRO et al 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É recorrente na literatura à afirmação de que as condições de trabalho na polícia são um fator de risco significativo para o adoecimento mental e nos casos mais graves para o aumento de casos de suicídio, assim como, o uso de drogas e de transtornos mentais impondo medidas urgentes em que as instituições policiais invistam em ações para ampliar o acesso a serviços de saúde mental para seus profissionais.

É preciso considerar que o policial é um indivíduo com toda gama de aspectos que compõe viver em coletividade, e ser físicos e psicológicos delineando um perfil de policial a ser seguido e conseqüentemente a ser buscado por cada um diariamente, e aqui não se trata policial foi uma escolha que também carrega outros amplos aspectos. O primeiro deles são o conteúdo apreendido nos cursos de formação que enfatiza vários aspectos de crítica desconstrutiva, mas, sobretudo apresentar dados e apontar resoluções.

A questão de irem para o front e está sendo uma questão de honra coloca as vulnerabilidades tensionadas e, a contínua repetição deste estado de tensão emocional em alguns indivíduos acrescido de situações individuais/particulares lentamente vai minando a saúde física e mental.

Diante deste cenário o que se vê na atualidade é um colapso do perfil de policial demasiadamente forjado para lidar com os inimigos, vez que comumente estão imersos em ambientes nos quais precisam medir conflitos cotidianos, em nível de comunidade tratando-se de movimentos que exige do policial alterações repentinas de condicionamento mental e postura, o que gera por sua vez um estresse que nem ele próprio consegue descrever.

À luz de leituras sabe-se que são questões intimamente relacionadas à outros aspectos dos quais a dificuldade de perceber sinais e de compreendê-los incorre em sofrimento, alguns autores alertam para sinais como insônia, irritabilidade, a mudança de humor, o esquecimento dentre outros sintomas que cada vez mais frequentes e, que não estavam presentes anteriormente está relacionado com o nível de estresse; a negação de que precisa de ajuda para lidar com o que não tem conseguido administrar, o temor de expor sua fragilidade/fraqueza, a resistência de se submeter ao acompanhamento psicológico/psiquiátrico, a negligência de sinais claros de que algo não vai bem no campo íntimo; a necessidade de validação da própria masculinidade por meio da não busca à assistência disponível e a não demonstração pública da sua fragilidade são dentre outros elementos capazes de afetar sobremaneira a saúde mental dos policiais ocasionando afastamentos e/ou episódios trágicos.

Para que se possa minimizar a situação é necessário que a saúde dos profissionais de segurança pública seja também prioridade nas organizações policiais comumente de gestores, comandantes, e, oficiais. Utilizando-se de projetos e políticas públicas que possam colocar o indivíduo policial em prioridade, fortalecendo a saúde mental por meio de ações de cuidado e prevenção conjuntamente com a melhora no ambiente organizacional julgando tão importante quanto o fortalecimento e condicionamento físico ou treinamento operacional para que o policial possa desempenhar bem o seu papel na sociedade.

Acreditando que a visão tradicional sobre a saúde mental de policiais, que atribuía os problemas à natureza estressante da profissão, tem sido questionada por pesquisas mais recentes, que reconhecem que a influência de fatores organizacionais e contextuais, sugeriram que a prevenção do adoecimento mental passa a ser uma prioridade, torna-se importante o investimento na seleção de pessoal além de se tornar fundamental implementar programas de treinamento em gestão do estresse, promoção à saúde mental no ambiente de trabalho e a oferta de suporte psicológico aos profissionais. (CASTRO et. al.,2019)

6 RECOMENDAÇÃO

Esta pesquisa foi voltada a apresentar a necessidade de ampliar os serviços de atendimento e cuidado com os policiais no que se refere a saúde mental. Nesta direção e a exemplo das ações comprovadamente satisfatórias do Instituto Suassuna em conjunto com o Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, julga-se que buscar esta parceria, dialogando e alinhando os interesses da PCGO se constitui urgente, especialmente entendendo que muitos indivíduos já adoecidos e que buscaram por auxílio ainda aguardam por atendimento o que somente agrava a situação.

Julgo necessidade de programas que abranjam à importância de palestras, cursos que dê a conhecer a relevância da prevenção, do reconhecimento dos sintomas, à aceitação do adoecimento e fundamentalmente pela busca de ajuda enquanto situação que pode ser sanada.

Diante dos resultados satisfatórios realizados na 8ª DRP de Rio Verde, no Projeto Integração, Psicologia em Ação, julga-se que estas ações possam ser norteadoras para a ampliação na cidade de Goiânia e Delegacias Regionais, trazendo experiências como o modelo aplicado pelo Delegado de Polícia Danilo Fabiano, um projeto de um Gestor Policial, que pode socorrer a grande maioria das Delegacias Regionais que se encontram longe do atendimento do NIAB da PCGO.

Ampliar através do aumento do número de profissionais psicólogos e psiquiatras e do mesmo modo trazendo outros que estão em período de estágios nestas áreas quer sejam em quaisquer das universidades da região metropolitana de Goiânia e do restante do estado de Goiás, como tão bem foi feito em Rio Verde.

7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Lagaan de OKABE, Rosely. Estilo de vida e estresse. *Jornal paulistano de psicossomática*. São Paulo, n. 6/7, p. 25-26, jan./abr. 1996. BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

ALCÂNTARA, V.P Problematizando o conceito de saúde mental a partir dos documentos oficiais do ministério da saúde do Brasil. 2019.

American Psychiatric Association (2014). *Diagnostic and Statistical Manual os Mental Disorders*, Fifth Edition.

BIZINOTO, P. C. F. B. Estudos dos afastamentos de servidores da Polícia Civil do estado e Goiás por motivos de transtornos mentais. *QUALIA-A ciência em movimento*, 5(1), p. 56-78, 2019.

BRASIL. (1987). Conferência Nacional de Saúde, 8ª, 1986. Brasília: Centro de documentação do Ministério da Saúde. Brasil. (2004). Ministério do Trabalho e Emprego. Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. Brasília.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. (2004). Ministério do Trabalho e Emprego. Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. Brasília.

BRASIL. (2011). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. *Trabalhar sim! Adoecer, não!:* o processo de construção e realização da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador: relatório ampliado da 3ª CNST. Brasília.

BRITO, J. (2005) Trabalho e Saúde Coletiva: o ponto de vista da atividade e das relações de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4): 879-890.

CASTILLO, A. R. G. L. et al. Transtornos de ansiedade. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. v. 22, supl. 2, p. 20-23, 2000.

CASTRO, M. C. et al. Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas. *Psicologia, saúde & doenças*, v. 20, n. 2, p. 525-541, 2019.

CASTRO, M. C. D.; CRUZ, R. M. Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 35(2), 271-289, 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Centro de Documentação e Informação, Brasília, 10 de janeiro de 2023; 202º da Independência e 135º da República. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14531-10-janeiro-2023-793673-normaatuizada-pl.html>. Acesso em 05/09/2024.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. CRUZ, F.N. *O que sabemos sobre o uso de drogas*

entre policiais, REDESDAL, 2019. <https://redesdal.org/blog/f/o-que-sabemos-sobre-o-uso-de-drogas-entre-policiais>. Acesso em 05/09/2024.

CRUZ, R. M. Saúde e trabalho no Brasil: uma revolução silenciosa – o NTEP e a Previdência social, Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CRUZ, R.M. Nexo técnico e vigilância à saúde do trabalhador: uma agenda científica para o NTEP. In: Machado, J., Soratto, L., & Codo, W. (orgs), 2010.

CODO, W. (2010). Uma revolução silenciosa em saúde e trabalho no Brasil. In: Machado, J. Soratto, L., & Codo, W. (orgs). Saúde e trabalho no Brasil: uma revolução silenciosa. Petrópolis, R.J.: Vozes.

DEJOURS, C. et al. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DO NASCIMENTO, G. L. PREVENÇÃO AO SUICÍDIO: A importância da divisão de proteção à saúde do servidor da Polícia Civil do Estado de Goiás. QUALIA-A ciência em movimento, v. 5, n. 1, p. 14-31, 2019.

GORDIS, L. (2011). Epidemiologia. Portugal: Editora Lusodidacta, 4ª edição.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LACAZ, F.A.C. (2007). O campo da saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações de trabalho e saúde. Cad. Saúde Pública, 23(4): 757-766.

LOPES, C. S.; COUTINHO, E. S. F.; Transtornos mentais como fatores de risco para o desenvolvimento de abuso/dependência de cocaína: estudo caso-controlado. Revista de Saúde Pública, v. 33, n. 5, p. 477-486, 1999.

LOURENÇO, E.A.S., Bertani, I.F. (2007). Saúde do Trabalhador no SUS: desafios e perspectivas frente à precarização do trabalho. Revista Brasileira de Saúde ocupacional, 32 (115): 121-134.

MACHADO, I.M.H. Processo de vigilância em saúde do trabalhador. Cad Saúde Pública; 13(Supl.2): 33-45, 1997.

MINAYO, M. C. S. et al. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, p. 2199-2209, 2011.

MINAYO-GOMES, C., e LACAZ, F.A.C. (2005) Saúde do trabalhador: novas e velhas questões. Ciênc. saúde coletiva 10(4): 797-807.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, jan./mar. 2007.

MIRABETE, J. F. Processo Penal. São Paulo: Atlas, 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE- <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental> - Acesso em 21/09/2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. (2002). Saúde Mental: nova concepção, nova esperança. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.

OLIVEIRA, A. B. Ampliação do atendimento e cuidado com a saúde mental do profissional do corpo de bombeiros militar do Estado de Goiás: um olhar para dentro. CEGESP, 2024.

OPAS. OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção. 2022.<https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>. Acesso em 08/09/2024.

PINTO, L.W. et al. Sofrimento psíquico em policiais civis do Estado do Rio de Janeiro. Ciência e saúde coletiva. 2013, vol.18, n.3, p. 633-644.

ROCHA, L.J.L. Nova lei orgânica nacional da polícia civil a saúde mental de quem investiga importa? Não. 2023. <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/nova-lei-organica-nacional-da-policia-civil-a-saude-mental-de-quem-investiga-importa-nao/> Acesso em 14/09/2024.

STOPA, S. R. et al. Prevalência do autorrelato de depressão no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. Rev Bras Epidemiol, 2015.

SILVA JUNIOR, J. S.; FISCHER, F. M. Adoecimento mental incapacitante: benefícios previdenciários no Brasil entre 2008-2011. Revista de Saúde Pública, 2014.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. Ciência e Saúde coletiva, 2005.

SPODE, C. B.; MERLO, Á. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. Psicologia: Reflexão e Crítica, 19(3), 362-370, 2006.